



**CAMILA RAMIRES AS DIFICULDADES DAS ENTIDADES PÚBLICAS NA
LUCENA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS SÃO FINANCEIRAS?
CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS UM ESTUDO DE
CASO**

Relatório de Dissertação de investigação do Mestrado em
Contabilidade e Finanças

ORIENTADOR

Professor Doutor Francisco Leote

novembro
2021

CAMILA RAMIRES LUCENA AS DIFICULDADES DAS ENTIDADES PÚBLICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS SÃO FINANCEIRAS? CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS UM ESTUDO DE CASO

JÚRI

Presidente: Doutora Susana Maria Teixeira da Silva

Orientador: Doutor Francisco José Mendes Leote

Vogal: Doutora Ana Bela de Sousa Delicado Teixeira

novembro

2021

AS DIFICULDADES DAS ENTIDADES PÚBLICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

Camila Ramires Lucena

Dedicatória

À minha filha, Catarina Ramires Lucena da Costa, que mesmo ainda dentro de mim era a minha maior incentivadora. Nos dias mais escuros e sombrios era ela quem me segurava no colo, que dizia que estava tudo bem e que todo esforço valeria a pena.

Foi por ela que eu segui em frente sem olhar para trás, que não desisti.

A voz interior que eu escutava era ela dizendo que no final tudo daria certo.

Meu amuleto, meu amor, obrigada!

**As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena**

Agradecimentos

Um curso de mestrado é uma longa viagem, que inclui uma trajetória cheia de desafios, tristezas, incertezas, alegrias e muitos percalços pelo caminho.

É um processo muitas vezes solitário, longínquo e cansativo, mas que quando se chega ao fim temos a certeza de que não somos mais os mesmos do começo da caminhada.

Agradeço ao meu marido, Carlos Alexandre da Costa, que escutou todas as minhas lamúrias e muitas vezes enxugou as minhas lágrimas.

Que ia me buscar todas as noites com o sorriso no rosto mesmo com aquele frio angustiante. Era compreensivo com as ausências da mãe, mulher, companheira, dos fins de semanas e feriados. Obrigada, meu amor, essa vitória também é sua!

Aos meus pais, Carmen e José Carlos, por sempre acreditarem em mim e por terem abdicado de suas vidas em prol das realizações e da felicidade de seus filhos.

Agradeço ao Doutor Francisco Leote, meu orientador, pela disponibilidade, ensinamentos, incentivos, ajuda e dedicação incondicional. Pela partilha do saber e valioso contributo na elaboração desta dissertação, muito obrigada!

Agradeço a Dra. Joana Balsemão e ao Doutor Pedro Nunes pela disponibilidade e sinceridade nas respostas, bem como, ao Dr. José Fidalgo (in memoriam) e Dra. Marta Gago Antas, caso contrário, esse trabalho não seria finalizado.

**As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena**

Resumo

O presente estudo de caso pretende mostrar o contributo da Câmara Municipal de Cascais para a Agenda 2030 e se as dificuldades na implementação dos ODS são maioritariamente financeiras.

A Administração Pública é um operador transformador de grande importância neste assunto, porque assume o duplo papel de incentivador e de promotor, desenvolvendo medidas concretas para o encorajamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que cada vez mais tem um impacto global em todos os negócios e comunidades.

Analisou-se através de estudos científicos, sites, relatórios institucionais e entrevistas, a implementação dos ODS na Câmara Municipal de Cascais como parte integrante das suas atuações e decisões, assim como, as possíveis dificuldades encontradas e se as mesmas eram de caráter financeiro.

Esta investigação é composta por duas partes: a primeira tem como foco a revisão da literatura, onde serão descritos os conceitos sobre finanças das Autarquias, responsabilidade social, o que são os ODS, como surgiram, o motivo de sua existência, uma breve apresentação das metas e objetivos de cada ODS, o papel das Autarquias no processo de implementação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Na segunda parte é efetuado o estudo de caso da Câmara Municipal de Cascais relativamente ao contributo para Agenda 2030 e as dificuldades na implementação dos ODS.

O estudo empírico foi desenvolvido através de um trabalho de natureza qualitativa, recorrendo-se à análise de conteúdo de entrevistas semi-estruturadas e ao relatório de prestação de contas Individual e consolidada de 2019, para corroborar ao estudo realizado.

Com base no estudo de caso efetuado à Câmara Municipal de Cascais, podemos afirmar que a Instituição tem contribuído de forma ativa para a Agenda 2030, criando sua própria metodologia para implementação dos ODS, investindo na formação dos autarcas, os quais têm papel crucial neste processo.

No que tange aos desafios e dificuldades referentes a implementação, o agente económico não apareceu como preponderante, sendo a falta de prioridade política atribuída à Agenda 2030, a insuficiente capacidade técnica para a sua implementação (quer por

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

escassez de recursos humanos, quer pela falta de formação) e a dificuldade de ultrapassar estruturas organizacionais rígidas, fatores que se sobrepueram à questão financeira.

Palavras-Chave: Globalização, Objetivos Desenvolvimento Sustentável, Setor Público, Finanças e Ética e Responsabilidade Social.

Abstract

This case study intends to show the contribution of the Municipality of Cascais to the 2030 Agenda and if the difficulties in the implementation of the SDGs are mainly financial.

Public Administration is a transforming operator of great importance in this subject, because it assumes the dual role of encourager and promoter, developing concrete measures to encourage the Sustainable Development Goals that increasingly have a global impact on all businesses and communities.

It was analyzed through scientific studies, websites, institutional reports and interviews, the implementation of the SDGs in the Municipality of Cascais as an integral part of its actions and decisions, as well as the possible difficulties encountered and whether they were of a financial nature.

This investigation is composed of two parts: the first one focuses on the literature review, which will describe the concepts of finance of the Municipalities, social responsibility, what the SDGs are, how they came about, the reason for their existence, a brief presentation of the goals and objectives of each SDG, the role of Municipalities in the implementation process and the Sustainable Development Goals.

The second part presents the case study of the Municipality of Cascais regarding the contribution to Agenda 2030 and the difficulties in implementing the SDGs.

The empirical study was developed through a qualitative work, using the content analysis of semi-structured interviews and the 2019 Individual and Consolidated Accountability Report, to corroborate the study carried out.

Based on the case study carried out at the Cascais City Council, we can say that the Institution has actively contributed to the 2030 Agenda, creating its own methodology for

**As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena**

implementing the SDGs, investing in the training of mayors, who have a crucial role in this process.

Regarding the challenges and difficulties related to implementation, the economic agent did not appear as preponderant, with the lack of political priority attributed to Agenda 2030, the insufficient technical capacity for its implementation (either due to lack of human resources or lack of training) and the difficulty of overcoming rigid organizational structures, factors that overlapped the financial issue.

Keywords: Globalization, Sustainable Development Goals, Public Sector, Finance, Ethics and Social Responsibility.

**As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena**

Índice

Dedicatória.....	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice.....	vi
Índice de figuras, rankings e quadros.....	vii
Lista de siglas e abreviaturas	viii
1. Introdução.....	10
2. Parte I – Enquadramento Teórico.....	12
2.1 Finanças das Autarquias	12
2.2 Ética e Responsabilidade Social	14
2.3 Como surgem os ODS, porquê, quais são e suas metas?	18
2.4 O papel das Autarquias.....	31
3. Parte II – Estudo de Caso.....	34
3.1 Metodologia Usada e Abordagem.....	34
3.2 Estudo de Caso: Câmara Municipal de Cascais	36
3.2.1 Caracterização do Município de Cascais	36
3.2.2 Finanças do Município de Cascais	37
3.2.3 Os ODS no Município de Cascais	45
3.3 Entrevista estruturada.....	56
3.3.1 As fases das entrevistas	57
3.3.1.1 Entrevista Vereadora Joana Balsemão	58
3.3.1.2 Entrevista Doutor Pedro Mateus Neves.....	66
4. Conclusão.....	69
Bibliografia.....	72

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

Índice de figuras, rankings e quadros

Figura 1 - Diferenças e semelhanças entre ODM e ODS.....	20
Figura 2 - Organização Temática de acordo com o Relatório Voluntário de Portugal	21
Figura 3 - Agenda 2030: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável.....	22
Figura 4 - Etapas detalhadas para o processo de inclusão dos ODS nos negócios.....	30
Figura 5 – Localização.....	33
R1 - Municípios com maior Indep. Financeira (receitas próprias / receitas totais) - 2017.....	37
R2 - Municípios com maior Indep. Financeira (receitas próprias / receitas totais) - 2018.....	38
R3 - Municípios com maior Indep. Financeira (receitas próprias / receitas totais) - 2019....	39
R4 - Municípios com maior equilíbrio orçamental - 2019.....	41
Figura 6 - Evolução da independência financeira (2017-2019).....	42
Quadro 1 - Análise orçamental da receita.....	43
Quadro 2 - Análise orçamental da despesa.....	44
Quadro 3 - Receita vs despesa.....	45

**As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena**

Lista de siglas e abreviaturas

BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Empresarial
C.M.C – Câmara Municipal de Cascais
CESOP – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Univ. Católica Portuguesa
CO2 – Dióxido de Carbono
CPR – Constituição da República Portuguesa
DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais
EBTIDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization Earnings
EMAAC – Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas
ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais
GRI – Global Reporting Initiative
IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr
INE – Instituto Nacional de Estatística
ISO – International Organization for Standardization
ISM – Índice de Sustentabilidade Municipal
LAL – Lei das Autarquias Locais
LFL – Lei de Finanças Locais
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PPP – Parceria Público-Privada
POCAL – Plano oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
PRICE – Pricewaterhousecoopers
QPPO – Quadro Plurianual de Programação Orçamental
RICD – Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento
RNV – Relatórios Nacionais Voluntários
RS – Responsabilidade Social

**As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena**

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

UE – União Europeia

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

1. Introdução

Não há sustentabilidade sem um esforço coletivo, é um processo que abrange decisores políticos, empresas e cidadãos.

Portugal participa do compromisso mundial de atingir os objetivos e metas aprovados na Organização das Nações Unidas (ONU) para um futuro sustentável para todos.

Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou (Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável) são um conjunto de 17 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Os ODS são parte da Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas: "Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", posteriormente encurtado para Agenda 2030.

Entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, mais de 150 líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, para adotar formalmente uma nova agenda de desenvolvimento sustentável. Esta agenda é formada pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030, com a finalidade de se fazer história na área global das dimensões de desenvolvimento sustentável: o social, o económico e o ambiental, ao mesmo tempo promover a paz, a justiça e instituições eficazes.

A Agenda 2030 impõe como condição, comprometimento no emprego de todos os recursos do planeta, e tem como proposta, a eficiência e a inovação na gestão.

A Administração Pública é um operador transformador de grande importância neste assunto, porque assume o duplo papel de incentivador e de promotor, desenvolvendo medidas concretas para o encorajamento dos ODS.

As organizações públicas, como os Municípios, são aquelas detidas e controladas pelo governo que fornecem serviços de cariz público e essenciais à sociedade.

Os Municípios têm a responsabilidade de gerir os bens públicos, recursos e instalações, de forma a suportar os objetivos do desenvolvimento sustentável e promover o interesse público (GRI, 2005).

As finanças públicas têm sido um grande desafio para todas as organizações públicas, visto que há uma preocupação do utente em conhecer a forma como estão sendo aplicados os recursos e quando terá necessidade de usá-los para os fins estabelecidos na Lei e em prol do interesse público.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

Sendo assim, começam-se a adotar métodos e instrumentos direcionados para o controlo da atividade financeira, com o objetivo de impedir o mau uso dos dinheiros públicos, motivo pelo qual as entidades públicas entenderam a necessidade de controlar os seus recursos, passando a ter mais autonomia para administrar da sua forma.

O Município de Cascais, de acordo com o relatório de prestação de contas individual e consolidado de 2019 demonstra ter suas contas muito controladas. A receita cobrada atingiu os 281,9 milhões de euros, verificando-se um aumento de 3,3 milhões de euros relativamente à receita corrigida que atingiu os 278,7 milhões de euros. A receita corrente cobrada face à receita corrente corrigida teve uma execução de 102,3%. O indicador económico-financeiro referente a autonomia financeira que revela a relação entre o património líquido e o ativo, atingiu 91% em 2019 face o ano de 2018 que foi 88%.

Segundo Mourão (2007) o aumento da autonomia do poder local vem proporcionar a consolidação da característica municipalista da regionalização portuguesa, principalmente através da Lei das Autarquias Locais (LAL) e da (Lei das Finanças Locais (LFL).

Considerando a importância da Administração Pública na condução de políticas sustentáveis ao nível do desenvolvimento central, regional e local, pretende-se investigar e dar resposta as seguintes questões: A dificuldade de implementação dos ODS nas Autarquias tem carácter financeiro? Qual ou quais ODS as Entidades Públicas estão a priorizar e porquê?

Esta investigação será composta por duas partes: a primeira terá como foco a revisão da literatura, onde serão descritos os conceitos sobre as finanças das Autarquias, responsabilidade social nos dias de hoje, como surgem os ODS, porquê, quais são e ainda metas e objetivos de cada ODS. Na segunda parte, será efetuado o estudo de caso da Câmara Municipal de Cascais (C.M.C.) relativamente ao contributo para Agenda 2030, bem como questões sobre “qual” ODS implementar ou “porquê” e se as dificuldades na implementação são por falta de investimento ou capital. Um dado importante para essa reflexão é o valor que a Organização das Nações Unidas estão a trabalhar para implementação dos ODS: 3,9 trilhões de dólares por ano, os quais 1,4 vem do setor público e 2,5 do setor privado.

A conclusão a que se chega com esta investigação, é que a causa da implementação deficitária dos ODS nas Entidades Públicas, não reside no subfinanciamento do Estado, mas sim em questões de cultura organizacional e comportamental, enraizadas no setor público.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

A investigação será desenvolvida através de uma abordagem metodológica qualitativa para atingir os objetivos deste estudo, baseando-nos em entrevistas semiestruturadas e análise de documentos.

Para além desta introdução o trabalho vai ser desenvolvido por mais 4 capítulos: enquadramento teórico, estudo de caso, as fases das entrevistas e conclusão.

2. Parte I - Enquadramento Teórico

2.1 Finanças Públicas

O termo finanças públicas, segundo Crepaldi e Crepaldi (2013), significa a parte da ciência econômica que trata da participação do Estado na economia, através da sua atividade financeira, que pode ser definida como conjunto de diretrizes que se exerce na obtenção, na gestão e na aplicação de recursos financeiros, necessários para alcançar seus objetivos.

Segundo a definição de Baleeiro (2003), finanças públicas é a área que, pelo estudo dos fatos, procura explicar os fenómenos ligados à obtenção e dispêndio do dinheiro necessário ao funcionamento dos serviços do Estado, ou outras pessoas de direito público, assim como os outros efeitos resultantes desta atividade governamental.

O poder local sofreu complexas e relevantes alterações com a Constituição da República Portuguesa de 1976 a qual trouxe dentre tantas outras coisas, a descentralização administrativa e a autonomia local para as Autarquias.

Assunção (2014), crê que a autonomia local compreende duas ideias básicas: a liberdade de fazer, definida pelas competências que a lei atribui aos órgãos da autarquia, e a capacidade de fazer, determinada pelos recursos financeiros, humanos e organizacionais da autarquia e pelo seu poder regulamentar.

No que tange as finanças locais, o artigo 238º (Património e Finanças Locais) da Constituição da República Portuguesa diz no nº 2 que “O regime das finanças locais será estabelecido por lei e visarà a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas Autarquias e a necessária correção de desigualdades entre Autarquias do mesmo grau”.

Ainda o mesmo artigo nº 3 menciona que “as receitas próprias das Autarquias locais incluem obrigatoriamente as provenientes da gestão do seu património e as cobradas pela utilização dos seus serviços”.

De acordo com a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), que é o serviço central da administração direta do Estado integrado no Ministério da Administração Interna, o regime

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

financeiro das Autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual é aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e republicado pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, conjectura um grupo de princípios fundamentais cujo objetivo é garantir uma coordenação entre administração central e local no plano financeiro, contribuindo assim para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro.

As atividades financeiras das Autarquias locais são regidas pelos seguintes princípios da Lei n.º 151/2015 de Enquadramento Orçamental: unidade e universalidade; estabilidade orçamental; sustentabilidade das finanças públicas; solidariedade recíproca; equidade intergeracional; anualidade e plurianualidade; não compensação; não consignação; especificação; economia, eficiência e eficácia e transparência orçamental.

Dentre os princípios acima, destacam-se dois: Estabilidade orçamental (Artigo 10º) e Sustentabilidade das finanças públicas (Artigo 11º).

O artigo 10º n.º 2 menciona o seguinte: “A estabilidade orçamental consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental”. Quando se fala em equilíbrio significa que a receita obrigatoriamente deve cobrir todas as despesas.

No artigo 11º n.º 2 entende-se a sustentabilidade, como sendo a “capacidade de financiar todos os compromissos, assumidos ou a assumir, com respeito pela regra de saldo orçamental estrutural e da dívida pública, conforme estabelecido na presente lei”.

A Lei de Finanças Locais (73/2013 – LFL) integra regras quanto ao equilíbrio do saldo orçamental, à dívida (limite da dívida total), à despesa (Quadro Plurianual de Programação Orçamental - QPPO municipal), e à taxa de execução da receita.

A forma como será utilizado o dinheiro público é primordial no que tange as regras da prudência financeira e quando essa prudência não ocorre, vemos gastos inapropriados e injustificados, sobrecarregando com tributos as gerações futuras.

No artigo 52º da LFL, descreve que o limite da dívida total das operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Conforme consta na Constituição da República Portuguesa (CPR - artigo 238º n.º 3), são reconhecidas como receitas próprias dos municípios as oriundas da gestão do seu património, assim como, as cobradas por utilização dos seus serviços. Desta forma os poderes locais podem atingir facilmente a autonomia financeira local, tendo inclusive a titularidade de poderes tributários (artigo 238.º n.º 4 da CRP).

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

Quando falamos de receitas municipais, basicamente temos 4 fontes: as provenientes de receitas fiscais; as provenientes da cobrança de taxas e preços; as resultantes de transferências do Orçamento do Estado e finalmente as resultantes do recurso ao mercado de capitais, ao crédito. Com esses dados, podemos presumir que as Autarquias conseguem relevantes recursos financeiros, os quais contribuem muito para sua autonomia financeira.

Esses recursos fazem das Autarquias instituições essenciais no processo de implementação dos ODS, pois podem assim contribuir de forma ativa e construtiva para a Agenda 2030, reforçando a capacidade de atuação da Administração Pública neste processo.

Como é reconhecido, é primordial que exista na Administração Pública um sistema de controlo orçamental, no qual a informação contabilística sirva para ajudar a supervisionar a gestão orçamental das entidades. Neste contexto, ressalta-se a importância do cumprimento dos princípios orçamentais da economia, eficiência e eficácia.

O artigo 18º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprova os princípios da economia, eficiência e eficácia, os quais se destinam ao “ato de assumir compromissos” e à “realização de despesas pelos serviços e pelas entidades pertencentes aos subsectores que constituem o sector das administrações públicas” (n.º 1).

A economia, a eficiência e a eficácia tem como objetivo garantir padrões de qualidade apropriados aos serviços públicos, com a utilização de menos despesa, aumento na produtividade, com melhores resultados ou semelhantes gastando menos. Os referidos princípios implicam, também, a utilização dos recursos mais adequados para atingir o resultado que se pretende alcançar.

Isso significa que mais do que princípios é um dever, o qual dirige-se àqueles que decidem as políticas públicas e administram os dinheiros públicos para cumprir essas mesmas políticas.

O princípio da economia analisa a capacidade da entidade em reduzir despesas sem interferir na qualidade dos bens e serviços prestados.

O princípio da eficiência permite características quantitativas e qualitativas constituindo o melhor resultado de bens e serviços para o mesmo número de recursos (relação entre os inputs e os outputs).

O princípio da eficácia está associado aos impactos, à utilidade social dos bens e serviços produzidos pela atividade, ou seja, é calculado pelo grau de desempenho dos objetivos determinados e quantificados no planeamento operacional de cada organismo, tendo como foco a satisfação das necessidades coletivas e no bem-estar social.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

Para que haja a boa gestão financeira é fundamental que estes 3 pilares, economia, eficiência e eficácia andem juntos.

2.2 Ética e Responsabilidade Social

A palavra ética vem do grego “ethiké” ou do latim “ethica” está relacionada com a ideia de caráter. É a área da filosofia que estuda a conduta humana, ou seja, os assuntos morais tendo como objetivo identificar os melhores caminhos para uma vida harmoniosa e satisfatória num contexto social – tanto na esfera particular, quanto na esfera pública.

Para evitarmos alguma confusão por vezes presente no debate científico entre ética e moral vamos delimitar o conceito de ética. (Fisher, 2004)

Segundo CHAUÍ (2003), ética “é uma reflexão que discute, problematiza e interpreta o significado dos valores morais”. Para CORTELA (2013), ética “é o conjunto de valores e princípios que você e eu utilizamos em nossa conduta”. A ideia de forma simples e resumida é que a ética é o conjunto de princípios construídos a partir da reflexão sobre os valores morais que orientam nossas ações e comportamentos no sentido de melhorar nossa vivência e convivência em sociedade, e nossa relação com o meio-ambiente.

Almeida (2010) define que na ética o objeto de estudo é a ação humana e a interação social tomando como critério o impacto do comportamento individual no bem-estar coletivo e no bem-estar do próprio indivíduo que o pensa e produz.

Ricoeur (1990) distingue os conceitos de ética e moral, associando a ética à reflexão acerca das ações e a moral com as normas, obrigações e interdições de cariz universal.

De acordo com Durkheim (1994), moral pode ser definida como sendo a compilação de valores, regras e normas que predeterminam algumas condutas dos indivíduos construídas socialmente. Ainda de acordo com o mesmo autor não é o sujeito individual o protagonista da gênese da moral. Isso significa que não é o indivíduo a “autoridade” que julga o certo e o errado ou ainda o justo ou injusto e sim o sujeito coletivo que neste caso é a sociedade. Portanto, acredito que a maior diferença entre ética e moral é que a ética de acordo com os estudos de Chauí (2003), o indivíduo é entusiasmado por princípios de forma que suas atitudes sejam intencionais, ou seja, geralmente é um sujeito propício ao debate de forma democrática, flexível, tolerante para contemplar diferentes interesses individuais, bem como interesses coletivos e ambientais e que possui uma conscientização maior para problemáticas genéricas e a moral não necessariamente.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

Desta forma conseguimos perceber os motivos pelos quais a ética se tornou uma questão fulcral nos dias de hoje, além de requisito do futuro para as pessoas, organizações e para a sociedade de uma maneira geral, construída na base de princípios e valores.

Com a evolução acelerada por conta da globalização, dos avanços tecnológicos e das escolas de pensamento, estamos perante uma reconciliação entre as posturas de empresários, economistas, moralistas, cientistas, técnicos das várias áreas (inclusive contabilistas) no que concerne à necessária cooperação e transversalidade entre a economia e a ética. Moreira (2019) crê que a rutura entre ética e a economia, como ciência, se dá em termos de evolução do pensamento filosófico.

No que se refere a Responsabilidade Social (RS) temos de uma maneira mais generalizada que o termo significa comportar-se com ética e com sensibilidade em relação a questões sociais, culturais, económicas e ambientais. A ideia é que seja um impulso de toda a sociedade a favor do bem comum.

De acordo com Carmo e Esgaio (2016), responsabilidade social é o compromisso ético de atuar em benefício de outrem, decorrente do reconhecimento da interdependência dos seres humanos entre si e com a biosfera e da necessidade de contribuir para o bem comum, tendo em conta as circunstâncias específicas de atuação.

A RS também é vinculada ao Estado que atende as necessidades dos cidadãos agindo junto com as estruturas económicas que acabam por ser geradoras das desigualdades sociais.

No início do século XX, a responsabilidade social limitava-se apenas a atos filantrópicos, os quais eram concretizados através de doações realizadas por empresários ou pela criação de fundações. Por volta das décadas de 1950 e 1960 as ideias de responsabilidade social como uma forma de atuação ampla começou a expandir-se.

Em 1953, surgiu a primeira perspetiva sobre Responsabilidade Social Empresarial, através do autor Howard R. Bowen no livro *Social Responsibilities of the Businessman*. O autor definiu como: "(...) as obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores da nossa sociedade" (p. 14).

Hoje, a partir de uma nova visão do mundo organizacional, questões extra mercantis como aspetos socioculturais, responsabilidade ambiental e respeito às garantias dos direitos humanos devem ser incorporadas nas políticas empresariais. No entanto, alterar o pensamento das pessoas em relação à responsabilidade social das empresas simboliza um

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

problema para a gestão estratégica das empresas. Os tomadores de decisão têm de ajustar as suas decisões e / ou estratégias para as diferentes partes interessadas, sem esquecer os interesses dos acionistas e credores, que afirmam que a empresa deve ter uma boa saúde financeira (Brammer e Pavelin, 2004).

Por conta disso, muitos gestores têm desenvolvido sistemas de gestão apropriados para a implementação de práticas de RSE, já que um desenvolvimento económico empresarial sem uma obrigação concreta para o desenvolvimento social, económico e ambiental torna-se pouco humano, causando a exclusão social e os conflitos que atingem a geração atual e futura. Isso vai contra a ideia de desenvolvimento sustentável, ou seja, o mundo tem de começar a procurar um equilíbrio entre os elementos das três dimensões acima mencionadas que compõem a perspetiva do Triple Bottom Line (Elkington, 1997).

Sendo assim, é essencial perceber que quando se investe em questões sociais a contrapartida é o fortalecimento da imagem, a fidelização dos clientes, a lealdade de todos os públicos, a maior capacidade de recrutar e manter talentos, a flexibilidade e a capacidade de adaptação e longevidade.

Com tantos benefícios internos, fomentar a responsabilidade social e a sustentabilidade, de uma maneira geral, é uma estratégia para aumentar o lucro e potencializar o desenvolvimento, sendo uma forma da organização demonstrar para a sociedade seu comprometimento com a sustentabilidade.

Após o estudo aprofundado sobre responsabilidade social empresarial, analisaremos uma outra ramificação, a responsabilidade social ambiental.

Temos como conceito que a responsabilidade social ambiental é um agrupamento de ações, as quais podem ser individuais ou empresárias, voltadas para o desenvolvimento sustentável do planeta.

Ser sustentável não significa não considerar a obtenção de lucro ou ainda o crescimento económico, ao contrário, isso deve fazer parte desse processo de sustentabilidade.

Com esta corrida da globalização surgiram novas preocupações: as expectativas dos utentes, das autoridades públicas e dos investidores, aumentaram em relação às ações das organizações, os indivíduos e as instituições, como consumidores e investidores, começaram a observar que os danos provocados ao ambiente eram na maior parte causados pelas atividades económicas empresariais.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

A partir deste pensamento, iniciou-se um processo de “pressão” para que fossem observadas as condições ambientais exigindo às entidades fiscalizadoras, legislativas e governamentais a produção de quadros legais apropriados e a vigilância da sua aplicação. A responsabilidade social ambiental está profundamente relacionada com práticas de preservação do meio ambiente, como por exemplo o uso de materiais reciclados, reflorestação, criação de produtos que provoquem o mínimo possível de impacto ambiental, sistemas de transporte não poluentes ou com baixo índice de poluição, entre outros.

A entidade de padronização e normatização, International Organization for Standardization (ISO), desenvolveu uma série de normas 14000 que estabelecem diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro das empresas.

O principal objetivo da ISO 14000 e de suas normas é garantir o equilíbrio e proteção ambiental, prevenindo a poluição e os potenciais problemas que esta poderia trazer para a sociedade e economia. Para que uma organização obtenha o certificado ISO a mesma deve submeter-se a auditorias periódicas, realizadas por uma empresa certificadora, credenciada e reconhecida pelos organismos nacionais e internacionais.

Apesar deste esforço por parte das empresas com o intuito de se adequarem, a degradação ao ambiente continua em ritmo alargado devido ao desenvolvimento económico e por conta disso a sustentabilidade é um tema que se trabalha no presente, mas sempre com os olhos postos no futuro.

Segundo Lionel Robbins (1932), a economia era uma ciência que estudava as formas do comportamento humano resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos.

Furtado (1974), salientou para a forma como o crescimento económico é visto, trazendo destruição dos recursos naturais não renováveis, desprezando inclusive aspetos sociais.

Rossetti (2003), crê que a sociedade atual tende a rejeitar produtos ecologicamente incorretos e a economia cria uma forma de afetar o desenvolvimento sustentável através da eco eficiência, que consiste em maneira geral, combinar eficiência económica e ecológica, produzindo mais, ao menor preço, com menos recursos, menos resíduos e menos impacto sobre o ambiente.

2.3 Como surgem os ODS, porquê, quais são e suas metas?

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

O termo Desenvolvimento Sustentável apareceu pela primeira vez em 1972, na Conferência de Estocolmo, que teve segundo Le Prestre (2005) 4 motivos para sua realização:

O aumento da cooperação científica nos anos 60, da qual decorreram inúmeras preocupações, como as mudanças climáticas e os problemas da quantidade e da qualidade das águas disponíveis;

O aumento da publicidade dos problemas ambientais, causado especialmente pela ocorrência de certas catástrofes, eis que seus efeitos foram visíveis (o desaparecimento de territórios selvagens, a modificação das paisagens e acidentes como as marés negras são exemplos de eventos que mobilizaram o público);

O crescimento económico acelerado, gerador de profunda transformação da sociedade e seus modos de vida, especialmente pelo êxodo rural e regulamentações criadas e introduzidas sem preocupação suficiente com suas consequências em longo prazo;

Inúmeros outros problemas identificados no fim dos anos de 1960 por cientistas e pelo governo sueco, considerados de maior importância, afinal, não podiam ser resolvidos de outra forma que não a cooperação internacional. São exemplos destes problemas as chuvas ácidas, a poluição do Mar Báltico, a acumulação de metais pesados e pesticidas que impregnavam peixes e aves.

A partir de então, houve um movimento global em prol da sustentabilidade, e a ONU passou a organizar conferências que reunissem lideranças de todo o mundo para discuti-la e incentivar iniciativas para promover o desenvolvimento sustentável em seus países.

Passaram seis anos desde que 193 nações do mundo se comprometeram, unanimemente, em apoiar e a tentar alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, até 2030.

A excitação pelos objetivos é inegável. Torna-se fulcral que as questões abordadas pelos 17 ODS terão um embate global em todos os negócios e na sociedade.

Os ODS, ou os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015. Até 2030 todos os países devem implementar os 17 objetivos e 169 metas.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

Esses 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Procuram concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a económica, a social e a ambiental.

Dentre os fatores mais importantes estão ações para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas.

Tendo como base os progressos e lições dos 8 ODM, estabelecidos entre 2000 e 2015 (nascidos do trabalho em conjunto de governos e cidadãos de todo o Planeta), a Agenda 2030 e os 17 ODS surgem como uma visão comum para a Humanidade, um pacto entre os líderes do mundo e os povos e “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”. (UNRIC, 2020).

Na figura (1) abaixo, constam algumas diferenças e semelhanças entre os ODM e ODS:

Figura 1 – Diferenças e semelhanças entre os ODM e ODS

ODM	ODS
8 Objetivos 21 metas	17 Objetivos 169 Metas
Enfoque descendente: resultado de um acordo intergovernamental e consultas de alto nível	Enfoque ascendente: emitido a partir de um processo de consulta amplo (MY World)
Luta contra a Pobreza	Desenvolvimento Sustentável
Países em Desenvolvimento	Universal
População mais pobre e vulnerável	População mundial
Desafios específicos	Agenda integrada e complexa: foca as 3 dimensões do Desenvolvimento Sustentável
Governamental	Inclusiva: participação de diferentes atores
Enfoque estatístico da localização	Enfoque integral de localização (dimensão local dos ODS)
Mensurável através de 60 indicadores	Mensurável através de 232 indicadores

Fonte: ABC dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

Os ODS foram criados com base nos seguintes cinco pilares: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria.

O pilar **pessoas** tem como objetivo acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e assegurar que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial com dignidade e igualdade em ambiente saudável.

O pilar **planeta** visa criar medidas para proteger o planeta da degradação, através do consumo e produção sustentáveis, gestão sustentável dos recursos naturais e da tomada de medidas urgentes em relação à mudança climática, para garantir a satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras.

Prosperidade tem como intuito assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de vidas prósperas e realizadas e que o progresso económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

Paz quer promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, sem medo ou violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz sem desenvolvimento sustentável.

Parceria almeja mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda através de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, baseada num espírito forte de solidariedade global, particularmente centrada nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis. Para tal, é fundamental a participação de todas as nações, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

Na figura (2) temos a perceção dos ODS divididos entre os cinco pilares:

Figura 2 – Organização Temática de acordo com o Relatório Voluntário de Portugal



As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

Fonte: Instituto Camões

No parágrafo 54 da Resolução A/RES/70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 25 de setembro de 2015, contém os objetivos e metas. O processo liderado pela ONU envolveu os seus 193 Estados Membros e a sociedade civil global.

Na figura (3) são conhecidos os 17 ODS ao pormenor:

Figura 3 - Agenda 2030: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável



Fonte: BCSD

ODS 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Globalmente, o número de pessoas vivendo em extrema pobreza diminuiu mais da metade; em 1990 eram 1,9 bilhão. Contudo, 836 milhões de pessoas ainda vivem na extrema pobreza: cerca de uma em cada cinco pessoas em regiões em desenvolvimento vive com menos de 1,25 dólar por dia.

O Sul da Ásia e a África Subsaariana são o lar da esmagadora maioria das pessoas vivendo em extrema pobreza. Altos índices de pobreza são frequentemente encontrados em países pequenos, frágeis e afetados por conflitos.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Globalmente, a proporção de pessoas subnutridas em regiões em desenvolvimento caiu quase pela metade desde 1990, de 23,3% em 1990-1992 para 12,9% em 2014-2016. Mas, atualmente, uma em cada nove pessoas no mundo (795 milhões) ainda é subnutrida.

A maioria das pessoas que passam fome vivem em países em desenvolvimento, onde 12,9% da população é subnutrida. Ásia é o continente com a população que passa mais fome – dois terços do total. A percentagem no Sul da Ásia caiu em anos recentes, mas, na Ásia Ocidental aumentou ligeiramente. A África Subsaariana é a região com a mais alta prevalência (percentagem da população) de fome, cerca de uma em cada quatro pessoas está subnutrida. A má nutrição causa quase metade (45%) das mortes de crianças abaixo dos cinco anos de idade – 3,1 milhões de crianças anualmente. Uma em cada quatro crianças do mundo sofre crescimento atrofiado.

Em países em desenvolvimento, a proporção aumenta de uma para três. Estima-se que 66 milhões de crianças em idade escolar primária vão às aulas com fome, sendo 23 milhões apenas em África. A agricultura é a maior empregadora no mundo, provendo meios de vida para 40% da população global atual. Ela é a maior fonte de rendimento e trabalho para famílias pobres rurais.

ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

A cada dia, morrem 17 mil crianças menos do que em 1990, porém mais de seis milhões de crianças ainda morrem a cada ano, antes do seu quinto aniversário.

Desde 2000, as vacinas de sarampo preveniram aproximadamente 15,6 milhões de mortes. Apesar do progresso global, uma crescente proporção das mortes de crianças acontece na África Subsaariana e no Sul da Ásia.

Globalmente, a mortalidade materna caiu quase 50% desde 1990. Na Ásia Oriental, no Norte da África e no Sul da Ásia, a mortalidade materna diminuiu cerca de dois terços. Porém, a taxa de mortalidade materna nas regiões em desenvolvimento ainda é 14 vezes mais alta do que nas regiões desenvolvidas.

Em 2014, havia 13,6 milhões de pessoas com acesso à terapia antirretroviral, um aumento em relação a apenas 800 mil em 2003. Novas infeções por HIV em 2013 foram

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

estimadas em 2,1 milhões, o que representa 38% a menos do que em 2001. No final de 2013, estima-se que havia 35 milhões de pessoas vivendo com HIV.

ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

A matrícula na educação primária em países em desenvolvimento chegou a 91%, mas 57 milhões de crianças permanecem fora da escola. Mais da metade das crianças que não se matricularam na escola vivem na África Subsaariana.

O mundo conquistou a igualdade na educação primária entre meninas e meninos, mas poucos países alcançaram essa meta em todos os níveis de educação. Entre os jovens de 15 a 24 anos, a taxa de alfabetização melhorou globalmente, de 83% para 91% entre 1990 e 2015.

ODS 5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas.

No Sul da Ásia, apenas 74 meninas foram matriculadas na escola primária para cada 100 meninos, em 1990. Em 2012, as taxas de matrícula foram as mesmas para meninas e para meninos. Na África Subsaariana, Oceânia e Ásia Ocidental, meninas ainda enfrentam barreiras para entrar tanto na escola primária quanto na escola secundária. Mulheres na África do Norte ocupam menos de um a cada cinco empregos pagos em setores que não sejam a agricultura.

ODS 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Em 2015, 91% da população global usa uma fonte de água potável comparado a 76% em 1990. Contudo, 2,5 bilhões de pessoas não têm acesso a serviços de saneamento básico. Diariamente, uma média de cinco mil crianças morre de doenças evitáveis relacionadas à água e saneamento.

A energia hidroelétrica é a fonte de energia renovável mais importante e mais amplamente usada. Aproximadamente 70% de toda água disponível é usada para irrigação.

ODS 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

São cerca de 1,3 bilhão de pessoas que ainda não têm acesso à eletricidade moderna e mais 3 bilhões de pessoas dependem de madeira, carvão, carvão vegetal ou dejetos animais para cozinhar e obter aquecimento. A energia é o principal contribuinte para as mudanças climáticas, sendo responsável por cerca de 60% das emissões globais totais de gases do efeito estufa. A energia de fontes renováveis – vento, água, solar, biomassa e energia geotermal – é inexaurível e limpa.

ODS 8 - Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todos.

O desemprego global aumentou de 170 milhões em 2007 para cerca de 202 milhões em 2012, dentre eles, aproximadamente 75 milhões são mulheres ou homens jovens.

Aproximadamente 2,2 bilhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza e a erradicação do problema só é possível por meio de empregos bem pagos e estáveis. Com 470 milhões de empregos a serem necessários mundialmente para a entrada de novas pessoas no mercado de trabalho entre 2016 e 2030. As pequenas e médias empresas do setor industrial e as manufatureiras são as mais decisivas e os maiores geradores de emprego.

ODS 9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Cerca de 2,6 bilhões de pessoas no mundo em desenvolvimento têm dificuldades no acesso à eletricidade. Mais de 2,5 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso ao saneamento básico e quase 800 milhões de pessoas não têm acesso à água. Entre 1 e 1,5 milhão de pessoas não têm acesso a um serviço de telefone de qualidade. Para muitos países africanos, os limites da infraestrutura afetam em cerca de 40% a produtividade das empresas.

O efeito da multiplicação de trabalhos industrializados criou um impacto positivo na sociedade. Cada trabalho na indústria gera 2,2 empregos em outros setores.

ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Em média – e levando em consideração o tamanho das populações – a desigualdade do rendimento aumentou em 11% em países em desenvolvimento entre 1990 e 2010. A maioria das famílias – mais de 75% – vivem em sociedades onde o rendimento é mais mal distribuído do que na década de 1990.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

A proteção social foi significativamente ampliada globalmente. No entanto, pessoas com algum tipo de deficiência têm cinco vezes mais chances do que a média de ter despesas catastróficas com saúde. Apesar do declínio na mortalidade materna na maioria dos países desenvolvidos, as mulheres na área rural são três vezes mais suscetíveis à morte no parto do que as mulheres que vivem nos centros urbanos.

ODS 11. Tornar as cidades e comunidades, inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

Metade da humanidade – 3,5 bilhões de pessoas – vivem nas cidades atualmente. Em 2030, quase 60% da população mundial viverá em áreas urbanas. Cerca de 828 milhões de pessoas vivem em favelas e o número continua a aumentar. As cidades no mundo ocupam somente 2% de espaço da Terra, mas usam 60 a 80% do consumo de energia e provocam 75% da emissão de carbono.

A rápida urbanização exerce pressão sobre a oferta de água potável, de esgoto, do ambiente de vida e saúde pública. Mas a alta densidade dessas cidades pode gerar ganhos de eficiência e inovação tecnológica enquanto se reduzem recursos e consumo de energia. As cidades têm potencial de dissipar a distribuição de energia ou de otimizar sua eficiência por meio da redução do consumo e adoção de sistemas energéticos verdes.

ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Constata-se que 1,3 bilhão de toneladas de comida são desperdiçadas diariamente. Se as pessoas usassem lâmpadas de baixo consumo, o mundo economizaria 120 bilhões de dólares anualmente. A população global deve chegar a 9,6 bilhões de pessoas até 2050. O que significa que necessitaremos de algo como o equivalente a três planetas para prover os recursos naturais necessários para sustentar os estilos de vida atuais.

ODS 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

A emissão de gases de efeito estufa oriundos da atividade humana estão na origem de mudanças climáticas e continuam aumentando. Elas alcançaram atualmente seu maior nível da história. Emissões globais de dióxido de carbono aumentaram quase 50% desde 1990.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

As concentrações de dióxido de carbono aumentaram em 40% desde os tempos pré-industriais, em primeiro lugar por conta dos combustíveis fósseis e depois pelas emissões vindas do desmatamento do solo.

No hemisfério Norte, o período entre 1983 e 2012 foi provavelmente o mais quente dos últimos 1.400 anos. De 1880 a 2012, a temperatura média global aumentou 0,85°C. Sem nenhuma ação, a média de temperatura mundial deve aumentar 3°C até o final do século 21 – aumentando ainda mais em algumas áreas do mundo, incluindo nos trópicos e sub-tópicos.

As pessoas mais pobres e vulneráveis são as mais afetadas pelo aquecimento. A média do nível do mar desde a metade do século 19 tem sido maior do que a média dos dois milénios anteriores. De 1901 a 2010, o nível mundial do mar cresceu 19 centímetros com a expansão dos oceanos, devido ao aquecimento global e degelo de glaciares. Ainda é possível limitar o aumento da temperatura global para 2°C acima dos níveis pré-industriais, através de um conjunto de medidas tecnológicas e mudanças de comportamento.

ODS 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Os oceanos cobrem três-quartos da superfície da Terra, contém 97% da água do planeta e representam 99% da vida no planeta em termos de volume. Mundialmente, o valor de mercado dos recursos marinhos e costeiros e das indústrias é de 3 trilhões de dólares por ano ou cerca de 5% do PIB (produto interno bruto) global. Mundialmente, os níveis de captura de peixes estão próximos da capacidade de produção dos oceanos, com 80 milhões de toneladas de peixes pescados.

Os oceanos absorvem cerca de 30% do dióxido de carbono produzido por humanos, amortecendo os impactos do aquecimento global, são a maior fonte de proteína do mundo, com mais de 3 bilhões de pessoas dependendo dos oceanos como fonte primária de alimentação.

A pesca no mar direta ou indiretamente emprega mais de 200 milhões de pessoas. Os subsídios para a pesca contribuem para a rápida diminuição de várias espécies de peixes e impedem esforços para salvar e restaurar a pesca mundial e empregos relacionados, causando redução de 50 bilhões de dólares em pesca nos oceanos por ano.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

ODS 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Treze milhões de hectares de florestas estão sendo perdidos a cada ano. Cerca de 1,6 bilhão de pessoas dependem das florestas para sua subsistência. Isso inclui 70 milhões de indígenas. Florestas são o lar de mais de 80% de todas as espécies de animais, plantas e insetos terrestres.

Mais de 2,6 bilhões de pessoas dependem diretamente da agricultura, mas 52% da terra usada para agricultura é afetada moderada ou severamente pela degradação do solo. Anualmente, devido à seca e desertificação, 12 milhões de hectares são perdidos (23 hectares por minuto), espaço em que 20 milhões de toneladas de grãos poderiam ter crescido. Das 8.300 raças animais conhecidas, 8% estão extintas e 22% estão sob risco de extinção.

ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

O número de refugiados registrados junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) era de 13 milhões em meados de 2014, há cerca de um ano. A Corrupção, o suborno, o roubo e evasão fiscal custam cerca de 1,26 trilhão para os países em desenvolvimento por ano. A taxa de crianças que deixam a escola primária em países em conflito alcançou 50% em 2011, o que soma 28,5 milhões de crianças.

ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (OAD) levantou aproximadamente 135 bilhões de dólares em 2014. Em 2014, 79% dos produtos de países em desenvolvimento entraram no mercado “duty-free” de países desenvolvidos.

A dívida dos países em desenvolvimento continua estável, perto dos 3% do rendimento de exportação. O número de utilizadores da internet na África quase dobrou nos últimos quatro anos. Em 2015, 95% da população mundial tem cobertura de sinal de telemóvel. Cerca de 30% da juventude mundial é de uma geração digital. A população mundial apresentou

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

aumento do uso da internet de 6% em 2000 para 43% em 2015. No entanto, mais de 4 bilhões de pessoas não usam Internet, e 90% delas são de países em desenvolvimento.

Portugal já apresentou a sua estratégia nacional para alcançar os ODS através do “Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, publicado em junho de 2017, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) que em articulação com o Ministério do Planeamento e Infraestruturas, tem o papel de coordenação geral dos ODS.

Neste relatório, Portugal elencou os objetivos que considerou prioritários, os quais são resultado de uma reflexão com o envolvimento de diversos stakeholders, incluindo a sociedade civil: ODS 4 – Educação de Qualidade, ODS 5 – Igualdade de Género, ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas, ODS 10 – Reduzir as Desigualdades, ODS 13 – Ação Climática e ODS 14 – Proteger a Vida Marinha.

Segundo um estudo da empresa PricewaterhouseCoopers (PWC, 2017), quando se trata dos ODS, os governos são considerados como os principais responsáveis pelo sucesso dos mesmos. O estudo aponta ainda que no âmbito da implementação, os governos nacionais de 65 países já apresentaram relatórios nacionais voluntários (RNV) do progresso nacional e sub-nacional relativamente aos ODS, e 48 outros países indicaram a intenção de o fazer.

A Agenda 2030 acaba por trazer um senso de responsabilidade pela utilização de todos os recursos do globo, tornando-se também, uma agenda de eficiência e de inovação na gestão. A Administração Pública assume também essa responsabilidade como parte do seu compromisso, sendo fundamental que se torne mais aparente a participação que todos os serviços podem dar para materializar esta agenda comum, agregando os objetivos de desenvolvimento sustentável na sua área de atuação.

Isso só será possível se houver troca de experiências entre as Instituições, bem como, aprofundamento da capacidade organizacional, visto que, a Agenda 2030 exige organizações fortes e conscientes do benefício que são os ODS. Esta forma interconectada de olhar para os ODS, necessita de uma perspetiva consistente no conjunto de condições que intensificam a capacidade de atuação da Administração Pública.

Neves (2020), procura soluções em como fazer parcerias cooperarem, adotando essa abordagem em projetos transformacionais, programas de investimento, e políticas de desenvolvimento, procurando contribuições que fazem esses modelos de desenvolvimento tangíveis, viáveis e implementáveis no dia a dia.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

Para que os ODS tenham êxito, os mesmos devem promover uma abordagem inclusiva para o crescimento e mobilizar fontes inovadoras de financiamento, enquanto eliminam o investimento em atividades insustentáveis em todos os países. (Stafford-Smith et al., 2017). Ainda segundo os mesmos autores, os ODS dependerão do alinhamento e integração entre as metas, estratégias e planos nacionais e locais de execução.

O desenvolvimento sustentável de uma determinada localidade pressupõe uma série de ações que devem ser escolhidas pelas administrações locais em conjunto com a sociedade civil. Esse processo somente é possível por meio do envolvimento e da participação comunitária nas discussões sobre a necessidade e alternativas, bem como pela reunião de indicadores consistentes e legitimados por atores locais (Cecília & Vasconcelos, 2012).

Esse envolvimento comunitário em debates referente ao processo de desenvolvimento local ocorreu por volta da década de 70, e o que prevalecia eram as ações governamentais, sendo o setor público o principal responsável pelo processo de desenvolvimento.

É com essa ideia que Bandeira (1999) salienta a importância da relação entre a sociedade civil e a Administração Pública através da participação da comunidade na enunciação, implementação e avaliação das ações governamentais. Ainda sob a perspectiva do mesmo autor, a integração entre a Administração Pública e a comunidade deve ser vista como instrumento essencial para que se estabeleça vínculo de confiança, os quais corroboram para efetivação do desenvolvimento sustentável nas localidades.

Ainda sobre o processo de implementação dos ODS, a Global Reporting Initiative (GRI), criou um guia prático descrevendo o processo de inclusão dos ODS nos negócios em 3 etapas: Definir metas prioritárias dos ODS, medir e analisar, e por último divulgar, integrar e implementar a mudança. Na figura (4) temos as etapas mais detalhadas deste processo:

Figura 4 – Etapas detalhadas para o processo de inclusão dos ODS nos negócios

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena



Fonte: Global Reporting Initiative

Na primeira etapa, “Definir as metas prioritárias sobre os ODS”, existe um processo de priorização por princípios, o qual as empresas podem escolher as metas dos ODS, levando em consideração uma avaliação de riscos e benefícios para pessoas, ambiente, produtos, serviços e investimentos.

Na segunda etapa, “Medir e analisar”, mediante o resultado que foi obtido na primeira etapa, podemos identificar e alinhar quais os objetivos e estratégias que podem contribuir para as metas dos ODS e assim orientar sobre a definição dos objetivos, seleção de indicadores para medir seus impactos e análise de desempenho.

Na terceira etapa, “Divulgar, integrar e implementar mudanças”, também com base nos resultados da etapa 2, a ideia central é definir o que é necessário conter no relatório externo, refletindo sobre a implementação da mudança.

Neves (2020), relaciona os 15 primeiros ODS como “Jogo”, o objetivo 16 como “As regras do jogo” e o 17 “Os jogadores” e acredita que a maior dificuldade no processo de

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

implementação é fazer a articulação destes 3 pilares, mantendo uma linguagem horizontal entre eles, utilizando metas e indicadores que sejam factíveis/viáveis. Todos os ODS têm metas que estão direta ou indiretamente relacionadas ao trabalho diário dos governos locais e regionais e por isso os mesmos não devem ser conhecidos apenas como cumpridores da Agenda 2030.

2.4 O papel das Autarquias na implementação dos ODS

As sociedades atuais e futuras têm um grande desafio pela frente e acredito que possuam consciência do papel fundamental que o trabalho em rede e parceria pode trazer. É importante que esta ação conjunta traga uma atitude assertiva, inovadora e eficiente para que de fato haja uma transformação social, económica e ambiental.

Alguns estudos internacionais acreditam que até 2030, 60% da população mundial estará a viver nos grandes centros urbanos e isso exigirá não só uma mudança demográfica, mas comportamental, nos trazendo desafios socioeconómicos, culturais e ambientais.

Como atores deste processo de desenvolvimento, as Autoridades Locais, têm um impacto frontal na vida de milhões de utentes, tendo imensas responsabilidades em questões como o bem-estar das suas comunidades, significando que suas ações não devem ser apenas eficientes e eficazes, mas coerente com a realidade local.

Esse tipo de comportamento, entre a sociedade civil e as autoridades locais, têm sido uma mais-valia no processo de desenvolvimento e são cruciais para a convergência de esforços para a erradicação da pobreza, a educação para todos, igualdade de género, saúde, sustentabilidade económica e ambiental.

Por isso que a troca de experiências, partilha de informações, boas práticas, tornam-se fundamentais para o processo de implementação, onde cada Município deverá ser um lugar de aprendizagem, reflexão, debate e ação e que todos possam efetivamente contribuir para que os desenvolvimentos das Autarquias Locais sejam participativos, inclusivos e eficazes.

Segundo o documento elaborado pelo IMVF, “ABC dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, à primeira vista, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podem não representar uma grande inovação para as autoridades locais, visto que, já trabalham os temas dos ODS há muitos anos, no entanto, um olhar mais atento irá desvendar as potencialidades da Agenda 2030. Essas potencialidades estão na oportunidade de visitar a formulação de

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

políticas, melhorar a coordenação temática e multissetorial, impulsionar novas dinâmicas de governança e garantir o desenvolvimento de modelos participativos com multi-atores.

De acordo com o mesmo documento estima-se que 65% das 169 metas definidas para os 17 ODS, não serão atingidas, sem um envolvimento concreto dos governos regionais e locais. Uma outra questão no processo de implementação é a localização e a definição do método de monitorização.

O IMVF caracteriza “Localização” como sendo o processo de levar em consideração os contextos subnacionais na realização da Agenda 2030, desde a definição de objetivos e metas até à definição de meios de implementação, bem como o uso de indicadores para medir e acompanhar o progresso. Localização refere-se tanto à forma como os governos locais e regionais podem apoiar a realização dos ODS por meio de ações “de baixo para cima”, quanto a forma como os ODS podem fornecer uma alavanca para uma política de desenvolvimento local. Na figura (5) temos o rácio do objetivo da Localização.

Figura 5 - Localização



Fonte: ABC dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

Para além disso acredita-se que o ciclo de sensibilização, adaptação, implementação e monitorização sejam fundamentais para o sucesso dos ODS, identificando as necessidades mais urgentes, tendo um conhecimento mais amplo e diversificado dos multi-atores, podendo assim utilizar da sua própria rede para se chegar aos atores de desenvolvimento, tendo a possibilidade do uso de recursos públicos para iniciar diálogos e formar parcerias.

Quando se trata de monitorização, embora algumas empresas já estejam a assumir compromissos com os ODS, muitas ainda estão a iniciar o seu processo de priorização e aos poucos começam a incorporá-los na estratégia dos seus negócios, definindo metas e objetivos, portanto, faz-se mais que necessário a utilização de mecanismos, ferramentas, plataformas e processos inovadores para que o resultado final de implementação seja mais que positivo.

3. Parte II – Estudo de Caso

3.1 Metodologia Usada e Abordagem

A Metodologia usada para a análise da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pelas Nações Unidas em 2015 (a Agenda 2030), centra-se, na realização de uma entrevista semi-estruturada e partilha de informação com a Dr.^a Joana Balsemão, Vereadora da Câmara Municipal de Cascais, responsável pelas áreas da Qualificação Ambiental, Alterações Climáticas, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Cidadania e Participação, e com o Doutor Pedro Nunes, especialista em Políticas de Desenvolvimento, Economia política e Inovação Institucional, com enfoque no Desenvolvimento Sustentável, Implementação de ODS, Investimentos de Impacto, Finanças Inovadoras, Parcerias Público-Privadas e Projetos Transformacionais aplicados ao Desenvolvimento Regional e Urbano, nomeadamente Cidades Inteligentes e Sustentáveis.

Para além do referido e para corroborar a investigação houve, também, a análise das contas da Câmara Municipal de Cascais, realizada através da leitura do relatório de prestação de contas individual e consolidada 2019.

O objetivo é perceber se há algum desequilíbrio nas contas a ponto de influenciar o processo de implementação dos ODS, ou seja, se as dificuldades existentes são sobretudo de caráter financeiro.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

O estudo de caso aplica-se em investigar conteúdos que visam saber e perceber um fato ou evento social. É assim, uma estratégia comum em investigações em diversas áreas como a psicologia, sociologia, ciência política, gestão e negócios (Yin, 2018).

Yin (2018) refere que existem três condições para definir qual o método a usar numa investigação: o tipo de pergunta de investigação; o controlo do investigador sobre os eventos a investigar; e o grau de foco em eventos contemporâneos em vez de eventos históricos.

Para a utilização do método do estudo de caso, as circunstâncias para cada requisito devem ser as seguintes: a pergunta de investigação tem a forma de “como” ou “porquê”; o investigador não tem qualquer controlo sobre o evento a investigar e foca-se em eventos contemporâneos (Yin, 2018).

Esta investigação teve início através de pesquisas de artigos científicos com suportes teóricos, apoiados em pesquisas e leituras de manuais, publicações, bem como, a legislação em vigor, para que houvesse uma captação e consolidação de conhecimentos mais aprofundados para a sua elaboração.

A recolha de dados foi baseada numa componente empírica, através da obtenção de metodologias de investigação aplicadas ao estudo de caso, à recolha e análise aos relatórios e a documentos importantes para a unidade em análise.

Relativamente às abordagens metodológicas evidenciam-se a natureza qualitativa, mas seus argumentos existentes, em alguns casos mostraram-se a favor e contra.

Foram feitas duas investigações paralelas e generalizadas com o coordenador do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP-Local), Dr. José Fidalgo (in memorian), a respeito dos ODS e os respetivos motivos das dificuldades de implementação.

Nesta entrevista secundária o mesmo foi categórico quando mencionou que a dificuldade da implementação dos ODS nas Autarquias Locais, em sua maioria, não seria financeira. Considerou a falta de inovação em tecnologia, o fator que impactava diretamente na gestão de qualidade de uma Autarquia, dificultando a implementação, além de termos entidades muito engessadas.

Para além disso apresentou a importância de se ter métodos e procedimentos transparentes e que sejam transversais a todos.

Já a gerente de soluções empresariais sustentáveis da empresa Pricewaterhousecoopers (PWC), Marta Gago Antas, entende ser financeira a maior dificuldade de implementação. Os valores investidos para implementação dos ODS no setor

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

privado são enormes, em torno de 2,5 trilhões de dólares por ano, segundo dados das Nações Unidas e como não poderia ser diferente visa ter o retorno desse investimento,

Apesar de algumas discordâncias de opinião, nomeadamente, ao nível das dificuldades de generalização estatística, realça-se que, para a investigação qualitativa, os estudos de caso são fundamentais no processo de desenvolvimento da teoria e para a obtenção de informação (Yin, 2018). Desta forma, o estudo de caso analisado a fundo pode ser considerado representativo para outros casos semelhantes.

Para além do referido acima, a metodologia usada centra-se principalmente na utilização da análise de conteúdo do documento “Prestação de contas individual e consolidada 2019” que corrobora com o motivo das dificuldades de implementação dos ODS, além de uma entrevista, aferindo toda a informação identificada de forma a confirmar se estão de acordo com os referenciais escolhidos e com a legislação em vigor.

O estudo de caso escolhido é focado num instrumento contemporâneo, que se designa Objetivo de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030, num contexto real sobre as dificuldades de implementação na Câmara Municipal de Cascais, tendo como período de informação os anos de 2017 a 2019.

3.2 Estudo de Caso: Câmara Municipal de Cascais

3.2.1 Caracterização do Município de Cascais

Situado entre a Serra de Sintra e o mar, o concelho de Cascais é limitado a norte pelo concelho de Sintra, a sul e a ocidente pelo oceano Atlântico e a oriente pelo concelho de Oeiras. Possui uma área demográfica de 97,40 km² e quase 214.134 habitantes, segundo dados do INE, referente ao CENSO 2021.

Acredita-se que desde o tempo Paleolítico Inferior, foi palco da ocupação humana, havendo vastos testemunhos da presença romana e árabe nos séculos seguintes. Na segunda metade do século XII, Cascais era uma pequena aldeia de pescadores e lavradores. Graças à sua belíssima baía, a povoação foi, desde cedo, um porto de pesca concorrido.

Foi na fase inicial dos Descobrimentos que o movimento das embarcações aumentou, e em 15 de novembro de 1514, D. Manuel I concedeu a Cascais o foral de vila, o primeiro texto regulador da vida municipal, até aí regida pelo foral de Sintra.

Cascais foi assim vila piscatória, posteriormente praia de veraneio da corte portuguesa, santuário de refugiados e centro de espionagem ativa durante a II Grande Guerra e, a partir

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

da primeira década do século XX, um ponto de referência turística de renome nacional e internacional.

A 30 minutos do aeroporto internacional de Lisboa, Cascais tem sido, ao longo dos anos, palco de eventos de grande dimensão e de elevada projeção internacional e mundial, como congressos, feiras, campeonatos mundiais de Golfe, Vela, Hipismo e Motociclismo, além da grande opção cultural. A oferta cultural é complementada por uma infraestruturas de grande qualidade na área da hotelaria e da restauração, um Centro de Congressos e por outro equipamento turístico de excelente nível, de que o Casino Estoril, inaugurado em 1931, é certamente um paradigma.

No seguimento da boa governança marítima preconizada quer pelo Livro Verde Europeu da Política Marítima, quer pela Estratégia Nacional para o Mar, e fruto do esforço comum entre a Câmara Municipal de Cascais e parceiros locais, têm sido desenvolvidas diversas ações com vista à aplicação das políticas marítimas: elaboração de estudos que promovam o conhecimento acerca da realidade marítima de Cascais; promoção de educação marinha com as escolas de Cascais; promoção de sinergias entre entidades públicas em assuntos relacionados com o Mar; e promoção da economia do mar, entre outras.

3.2.2 Finanças do Município de Cascais

O Concelho de Cascais, segundo o ranking dos 35 Municípios com maior Independência Financeira (receitas próprias/receitas totais) (R1, R2 e R3), do Anuário Financeiro Português de 2017 a 2019, manteve-se entre a sexta e sétima colocação, demonstrando equilíbrio financeiro em seu orçamento.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias/receitas totais – 2017)

Município	Dim.	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 Lisboa	G	87,1%	86,8%	86,2%	71,9%	86,3%	78,9%	88,8%	75,3%	83,1%	87,2%	91,7%	93,7%
2 Albufeira	M	85,8%	84,9%	85,6%	69,7%	76,9%	83,1%	84,7%	75,1%	81,2%	89,5%	88,2%	90,9%
3 Lagoa (Algarve)	M	76,5%	79,9%	82,1%	78,8%	78,8%	81,6%	83,6%	73,3%	85,6%	88,2%	88,7%	87,0%
4 Lagos	M	74,7%	77,6%	83,4%	67,9%	75,8%	78,0%	83,5%	65,3%	85,1%	84,1%	86,9%	86,6%
5 Loulé	M	75,2%	85,7%	81,7%	67,3%	66,6%	69,3%	68,6%	62,9%	82,3%	80,2%	78,5%	84,2%
6 Porto	G	77,1%	77,6%	78,7%	72,2%	76,8%	75,5%	76,7%	77,7%	80,8%	75,9%	84,5%	82,1%
7 Cascais	G	79,1%	79,7%	79,5%	69,9%	70,2%	66,7%	65,2%	79,0%	81,5%	86,4%	84,7%	82,0%
8 Seixal	G	78,8%	81,7%	70,2%	73,3%	77,5%	72,1%	79,2%	81,3%	55,8%	80,8%	59,5%	81,8%
9 Sesimbra	M	82,1%	85,2%	81,0%	73,2%	76,5%	71,3%	66,0%	57,3%	75,3%	80,8%	80,1%	81,8%
10 Palmela	M	76,9%	77,9%	73,9%	60,1%	62,9%	70,2%	66,3%	69,1%	78,1%	78,7%	76,4%	77,6%
11 Funchal	G	62,8%	58,6%	61,6%	66,9%	66,5%	68,7%	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%	77,0%	77,5%
12 Oeiras	G	79,2%	80,8%	74,8%	80,9%	81,4%	77,6%	79,7%	81,3%	84,1%	79,5%	77,3%	76,8%
13 Alcochete	P	65,9%	71,3%	71,1%	56,5%	68,5%	55,4%	59,3%	67,0%	73,7%	76,6%	78,0%	76,0%
14 Coimbra	G	67,8%	61,1%	65,9%	62,3%	60,0%	60,7%	55,7%	60,9%	72,5%	71,3%	69,8%	75,2%
15 Maia	G	72,9%	71,7%	76,6%	61,8%	66,9%	69,2%	72,1%	72,0%	70,6%	60,1%	76,7%	74,7%
16 Almada	G	72,6%	76,5%	71,8%	71,2%	64,8%	69,4%	68,7%	68,9%	74,8%	71,9%	76,2%	73,6%
17 Setúbal	G	69,6%	74,0%	77,4%	75,0%	71,6%	68,4%	66,3%	70,2%	77,2%	67,3%	69,4%	72,8%
18 Mafra	M	72,3%	82,2%	75,7%	75,9%	55,6%	68,4%	65,1%	60,8%	70,2%	72,9%	76,4%	72,0%
19 Tavira	M	66,3%	69,5%	63,3%	56,7%	61,4%	56,6%	60,7%	58,1%	63,7%	66,1%	71,8%	71,6%
20 Grândola	P	44,1%	50,8%	55,3%	57,6%	65,3%	45,1%	50,5%	52,5%	59,8%	59,3%	54,2%	71,4%
21 Barreiro	M	62,7%	65,7%	57,3%	62,8%	66,5%	68,2%	69,3%	53,2%	71,4%	71,3%	54,4%	71,1%
22 Ílhavo	M	68,2%	70,9%	60,4%	54,9%	57,7%	41,2%	41,4%	65,2%	65,3%	62,5%	62,1%	70,2%
23 Vila do Bispo	P	48,9%	58,7%	59,4%	42,8%	57,7%	53,6%	52,5%	57,6%	68,4%	65,8%	65,7%	70,1%
24 Vila Nova de Gaia	G	63,3%	51,6%	68,6%	61,7%	61,5%	63,0%	54,5%	52,9%	60,3%	64,3%	54,0%	70,0%
25 Figueira da Foz	M	55,3%	64,1%	61,2%	46,3%	54,0%	32,0%	58,9%	55,5%	67,9%	57,8%	64,6%	69,6%
26 Odivelas	G	67,7%	69,0%	64,7%	63,7%	56,6%	59,6%	62,1%	60,2%	67,2%	65,5%	66,1%	69,5%
27 Marinha Grande	M	65,6%	66,4%	58,0%	63,6%	61,2%	62,0%	57,9%	55,8%	66,1%	68,1%	66,0%	69,4%
28 Sintra	G	67,3%	63,8%	64,9%	59,5%	45,5%	60,1%	63,3%	61,5%	66,8%	68,0%	68,5%	69,2%
29 Montijo	M	68,7%	66,8%	70,4%	57,3%	56,3%	59,0%	59,7%	58,8%	65,0%	65,0%	66,4%	68,6%
30 Póvoa de Varzim	M	69,3%	73,0%	60,7%	53,2%	71,0%	68,2%	67,7%	56,7%	67,1%	64,5%	72,9%	67,9%
31 Leiria	G	58,1%	64,2%	52,6%	49,1%	55,9%	58,0%	56,6%	61,0%	63,1%	65,0%	64,2%	67,1%
32 Óbidos	P	67,9%	68,0%	72,1%	61,8%	58,8%	68,5%	72,6%	52,8%	65,9%	64,1%	67,6%	66,6%
33 Santa Cruz	M	38,9%	48,0%	33,7%	53,6%	49,1%	52,8%	63,2%	57,3%	34,1%	60,6%	67,2%	66,6%
34 Castro Marim	P	42,5%	51,3%	45,9%	43,6%	62,1%	56,2%	61,5%	51,1%	55,9%	62,6%	68,1%	66,6%
35 Loures	G	72,8%	76,5%	72,9%	54,7%	66,2%	63,4%	62,1%	62,8%	64,4%	63,4%	66,6%	66,5%

Fonte: Anuário Financeiro Português 2017

R2 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias/receitas totais – 2018)

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

Município	Dim.	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 Lisboa	G	86,2%	71,9%	86,3%	78,9%	88,8%	75,3%	83,1%	87,2%	91,7%	93,7%	92,1%
2 Lagoa (Algarve)	M	82,1%	78,8%	78,8%	81,6%	83,6%	73,3%	85,6%	88,2%	88,7%	87,0%	90,4%
3 Albufeira	M	85,6%	69,7%	76,9%	83,1%	84,7%	75,1%	81,2%	89,5%	88,2%	90,9%	89,7%
4 Lagos	M	83,4%	67,9%	75,8%	78,0%	83,5%	65,3%	85,1%	84,1%	86,9%	86,6%	88,1%
5 Loulé	M	81,7%	67,3%	66,6%	69,3%	68,6%	62,9%	82,3%	80,2%	78,5%	84,2%	85,5%
6 Cascais	G	79,5%	69,9%	70,2%	66,7%	65,2%	79,0%	81,5%	86,4%	84,7%	82,0%	84,8%
7 Portimão	M	63,2%	55,8%	73,3%	77,0%	76,1%	77,3%	80,6%	82,7%	49,2%	33,1%	84,0%
8 Sesimbra	M	81,0%	73,2%	76,5%	71,3%	66,0%	57,3%	75,3%	80,8%	80,1%	81,8%	82,9%
9 Porto	G	78,7%	72,2%	76,8%	75,5%	76,7%	77,7%	80,8%	75,9%	84,5%	82,1%	82,3%
10 Vila Real São António	P	74,9%	60,2%	86,7%	77,9%	74,5%	69,4%	21,4%	81,1%	69,2%	61,3%	81,8%
11 Oeiras	G	74,8%	80,9%	81,4%	77,6%	79,7%	81,3%	84,1%	79,5%	77,3%	76,8%	78,5%
12 Alcochete	P	71,1%	56,5%	68,5%	55,4%	59,3%	67,0%	73,7%	76,6%	78,0%	76,0%	78,2%
13 Almada	G	71,8%	71,2%	64,8%	69,4%	68,7%	68,9%	74,8%	71,9%	76,2%	73,6%	76,7%
14 Palmela	M	73,9%	60,1%	62,9%	70,2%	66,3%	69,1%	78,1%	78,7%	76,4%	77,6%	75,7%
15 Tavira	M	63,3%	56,7%	61,4%	56,6%	60,7%	58,1%	63,7%	66,1%	71,8%	71,6%	74,3%
16 Vila do Bispo	P	59,4%	42,8%	57,7%	53,6%	52,5%	57,6%	68,4%	65,8%	65,7%	70,1%	73,5%
17 Faro	M	59,4%	52,6%	60,8%	67,8%	64,6%	63,6%	44,2%	71,5%	73,3%	52,8%	73,4%
18 Mafra	M	75,7%	75,9%	55,6%	68,4%	65,1%	60,8%	70,2%	72,9%	76,4%	72,0%	73,3%
19 Montijo	M	70,4%	57,3%	56,3%	59,0%	59,7%	58,8%	65,0%	65,0%	66,4%	68,6%	72,7%
20 Maia	G	76,6%	61,8%	66,9%	69,2%	72,1%	72,0%	70,6%	60,1%	76,7%	74,7%	72,1%
21 Loures	G	72,9%	54,7%	66,2%	63,4%	62,1%	62,8%	64,4%	63,4%	66,6%	66,5%	71,5%
22 Vila Franca de Xira	G	63,5%	62,8%	61,2%	58,5%	56,7%	58,3%	64,0%	68,9%	66,6%	62,3%	71,2%
23 Coimbra	G	65,9%	62,3%	60,0%	60,7%	55,7%	60,9%	72,5%	71,3%	69,8%	75,2%	71,0%
24 Leiria	G	52,6%	49,1%	55,9%	58,0%	56,6%	61,0%	63,1%	65,0%	64,2%	67,1%	70,9%
25 Marinha Grande	M	58,0%	63,6%	61,2%	62,0%	57,9%	55,8%	66,1%	68,1%	66,0%	69,4%	70,5%
26 Sintra	G	64,9%	59,5%	45,5%	60,1%	63,3%	61,5%	66,8%	68,0%	68,5%	69,2%	68,9%
27 Odívelas	G	64,7%	63,7%	56,6%	59,6%	62,1%	60,2%	67,2%	65,5%	66,1%	69,5%	68,8%
28 Barreiro	M	57,3%	62,8%	66,5%	68,2%	69,3%	53,2%	71,4%	71,3%	54,4%	71,1%	68,5%
29 Ovar	M	54,7%	65,5%	63,2%	57,7%	47,5%	58,1%	64,9%	60,7%	62,2%	62,2%	68,1%
30 Óbidos	P	72,1%	61,8%	58,8%	68,5%	72,6%	52,8%	65,9%	64,1%	67,6%	66,6%	67,9%
31 Matosinhos	G	62,4%	60,4%	55,2%	50,0%	53,9%	57,5%	64,1%	63,3%	55,5%	58,3%	67,4%
32 Aveiro	M	33,4%	54,7%	76,2%	65,4%	67,9%	68,2%	60,4%	71,6%	78,8%	34,4%	67,0%
33 Silves	M	66,8%	44,5%	57,8%	58,6%	60,9%	61,7%	64,5%	64,9%	68,6%	59,5%	67,0%
34 Porto Santo	P	55,1%	51,8%	54,2%	43,4%	53,7%	53,8%	61,4%	64,0%	53,9%	55,2%	66,9%
35 Azambuja	M	62,6%	52,0%	48,6%	43,9%	48,8%	41,0%	57,0%	56,5%	47,4%	61,5%	66,9%

Fonte: Anuário Financeiro Português 2018

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

R3 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias/receitas totais – 2019)

Município	G O	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
1 Lisboa	G	86,3%	78,9%	88,8%	75,3%	83,1%	87,2%	91,7%	93,7%	92,1%	91,7%
2 Lagoa (Algarve)	M	78,8%	81,6%	83,6%	73,3%	85,6%	88,2%	88,7%	87,0%	90,4%	90,8%
3 Albufeira	M	76,9%	83,1%	84,7%	75,1%	81,2%	89,5%	88,2%	90,9%	89,7%	90,5%
4 Lagos	M	75,8%	78,0%	83,5%	65,3%	85,1%	84,1%	86,9%	86,6%	88,1%	88,9%
5 Loulé	M	66,6%	69,3%	68,6%	62,9%	82,3%	80,2%	78,5%	84,2%	85,5%	85,6%
6 Porto	G	76,8%	75,5%	76,7%	77,7%	80,8%	75,9%	84,5%	82,1%	82,3%	84,9%
7 Cascais	G	70,2%	66,7%	65,2%	79,0%	81,5%	86,4%	84,7%	82,0%	84,8%	84,2%
8 Portimão	M	73,3%	77,0%	76,1%	77,3%	80,6%	82,7%	49,2%	33,1%	84,0%	82,9%
9 Sesimbra	M	76,5%	71,3%	66,0%	57,3%	75,3%	80,8%	80,1%	81,8%	82,9%	81,1%
10 Oeiras	G	81,4%	77,6%	79,7%	81,3%	84,1%	79,5%	77,3%	76,8%	78,5%	80,6%
11 Vila Real de Sto. António	P	86,7%	77,9%	74,5%	69,4%	21,4%	81,1%	69,2%	61,3%	81,8%	79,4%
12 Almada	G	64,8%	69,4%	68,7%	68,9%	74,8%	71,9%	76,2%	73,6%	76,7%	77,7%
13 Palmela	M	62,9%	70,2%	66,3%	69,1%	78,1%	78,7%	76,4%	77,6%	75,7%	74,2%
14 Aveiro	M	76,2%	65,4%	67,9%	68,2%	60,4%	71,6%	78,8%	34,4%	67,0%	74,0%
15 Alcochete	P	68,5%	55,4%	59,3%	67,0%	73,7%	76,6%	78,0%	76,0%	78,2%	73,9%
16 Coimbra	G	60,0%	60,7%	55,7%	60,9%	72,5%	71,3%	69,8%	75,2%	71,0%	73,4%
17 Maia	G	66,9%	69,2%	72,1%	72,0%	70,6%	60,1%	76,7%	74,7%	72,1%	72,6%
18 Tavira	M	61,4%	56,6%	60,7%	58,1%	63,7%	66,1%	71,8%	71,6%	74,3%	72,2%
19 Montijo	M	56,3%	59,0%	59,7%	58,8%	65,0%	65,0%	66,4%	68,6%	72,7%	71,6%
20 Faro	M	60,8%	67,8%	64,6%	63,6%	44,2%	71,5%	73,3%	52,8%	73,4%	71,4%
21 Vila do Bispo	P	57,7%	53,6%	52,5%	57,6%	68,4%	65,8%	65,7%	70,1%	73,5%	71,0%
22 Vila Nova de Gaia	G	61,5%	63,0%	54,5%	52,9%	60,3%	64,3%	54,0%	70,0%	64,6%	70,0%
23 Funchal	G	66,5%	68,7%	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%	77,0%	77,5%	61,1%	69,9%
24 Loures	G	66,2%	63,4%	62,1%	62,8%	64,4%	63,4%	66,6%	66,5%	71,5%	69,8%
25 Matosinhos	G	55,2%	50,0%	53,9%	57,5%	64,1%	63,3%	55,5%	58,3%	67,4%	69,6%
26 Marinha Grande	M	61,2%	62,0%	57,9%	55,8%	66,1%	68,1%	66,0%	69,4%	70,5%	68,3%
27 Santa Cruz	M	49,1%	52,8%	63,2%	57,3%	34,1%	60,6%	67,1%	66,6%	48,7%	68,0%
28 Silves	M	57,8%	58,6%	60,9%	61,7%	64,5%	64,9%	68,6%	59,5%	67,0%	68,0%
29 Sintra	G	45,5%	60,1%	63,3%	61,5%	66,8%	68,0%	68,5%	69,2%	68,9%	67,8%
30 Seixal	G	77,5%	72,1%	79,2%	81,3%	55,8%	80,8%	59,5%	81,8%	59,3%	67,8%
31 Lourinhã	M	51,6%	48,5%	52,5%	50,7%	59,7%	53,4%	61,2%	47,7%	65,6%	67,8%
32 Setúbal	G	71,6%	68,4%	66,3%	70,2%	77,2%	67,3%	69,4%	72,8%	64,7%	67,6%
33 Figueira da Foz	M	54,0%	32,0%	58,9%	55,5%	67,9%	57,8%	64,6%	69,6%	48,9%	67,5%
34 Odivelas	G	56,6%	59,6%	62,1%	60,2%	67,2%	65,5%	66,1%	69,5%	68,8%	67,0%
35 Ovar	M	63,2%	57,7%	47,5%	58,1%	64,9%	60,7%	62,2%	62,2%	68,1%	66,3%

Fonte: Anuário Financeiro Português 2019

Quando falamos em independência financeira significa que os recursos financeiros desses Municípios provêm mais das receitas próprias, onde os imposto e taxas tem papel crucial e as transferências do Estado e empréstimos bancários refletem menos na construção da receita.

Além da independência financeira, o Concelho de Cascais, em 2017, 2018 e 2019 no Ranking dos Municípios com melhor Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization Earnings (EBTIDA), segundo o Anuário Financeiro Municípios Portugueses, ficou

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

praticamente estável, mantendo-se na 2^a colocação nos anos de 2017 e 2018 e na 3^a em 2019.

EBTIDA é um indicador financeiro muito utilizado representando o quanto uma empresa ou entidade gera de recursos financeiros através das suas atividades.

É o resultado operacional antes do valor das amortizações e das provisões, sendo calculado pela seguinte fórmula: **Resultados Operacionais + Depreciações e Amortizações + Provisões**, sendo que, de acordo com as regras do Plano oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), os juros não são contabilizados para efeitos dos resultados operacionais.

Para que haja equilíbrio orçamental, outro indicador que possibilitará trazer o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios, com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira, segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, é o confronto da receita bruta cobrada com a despesa corrente paga aumentada dos pagamentos das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, nos termos dos artigos 40.º e 83º da Lei 73/ 2013, de 30 de setembro.

Desta forma, apresentam-se no ranking abaixo (R4), os 35 municípios com melhor rácio de equilíbrio orçamental, compreendido pela razão entre a despesa corrente acrescida do valor da média das amortizações e a receita corrente cobrada bruta.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

R4 – Municípios com maior equilíbrio orçamental - 2019)

Unidade: euros

Município	Dim.	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente		Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente - despesa c/ amort. (c) = (a)-(b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)
		2017	2018				
1 Porto	G	76,4%	68,6%	233.662.461	157.096.634	76.565.827	67,2%
2 Ribeira Grande	M	69,8%	67,4%	19.330.541	13.371.260	5.959.281	69,2%
3 Pombal	M	64,3%	67,2%	33.597.781	23.403.960	10.193.821	69,7%
4 Leiria	G	66,1%	59,0%	67.228.696	47.044.787	20.183.909	70,0%
5 Sintra	G	68,5%	68,4%	176.566.492	124.849.526	51.716.967	70,7%
6 Santa Maria da Feira	G	70,2%	73,9%	62.028.146	44.385.434	17.642.712	71,6%
7 Azambuja	M	74,3%	62,9%	21.359.548	15.463.296	5.896.252	72,4%
8 Murtosa	P	67,7%	71,2%	6.703.916	4.897.120	1.806.796	73,0%
9 Vila Real	M	86,8%	87,8%	31.747.525	23.230.976	8.516.549	73,2%
10 Penamacor	P	79,4%	70,4%	9.032.131	6.629.943	2.402.188	73,4%
11 Odivelas	G	77,2%	73,8%	77.894.081	57.607.211	20.286.870	74,0%
12 Lagos	M	71,9%	73,1%	56.708.672	41.958.374	14.750.298	74,0%
13 Santa Cruz das Flores	P	72,1%	73,5%	2.574.106	1.922.967	651.139	74,7%
14 Castelo Branco	M	66,8%	67,8%	32.087.083	24.003.984	8.083.100	74,8%
15 Oeiras	G	62,6%	66,8%	157.172.449	117.628.876	39.543.572	74,8%
16 Aveiro	M	89,9%	85,5%	62.112.647	46.551.629	15.561.018	74,9%
17 Santana	P	82,3%	74,7%	6.213.789	4.690.774	1.523.015	75,5%
18 Penafiel	M	76,3%	78,4%	33.671.904	25.458.973	8.212.932	75,6%
19 Alvalázere	P	66,3%	66,5%	6.826.902	5.203.607	1.623.295	76,2%
20 Figueira da Foz	M	76,5%	87,3%	41.812.840	32.169.302	9.643.538	76,9%
21 Cascais	G	77,2%	67,9%	207.409.057	160.146.056	47.263.001	77,2%
22 Vila Nova de Gaia	G	84,8%	81,3%	136.736.621	106.212.834	30.523.787	77,7%
23 Amadora	G	80,2%	80,3%	89.303.288	69.371.164	19.932.124	77,7%
24 Sátão	P	77,4%	78,8%	8.773.117	6.822.220	1.950.897	77,8%
25 Ourém	M	82,7%	76,2%	31.531.049	24.543.364	6.987.685	77,8%
26 Lagoa (Algarve)	M	76,3%	74,8%	41.052.563	31.987.582	9.064.981	77,9%
27 Angra do Heroísmo	M	77,9%	79,1%	16.914.124	13.215.240	3.698.884	78,1%
28 Barcelos	G	70,6%	71,3%	54.897.856	42.947.160	11.950.696	78,2%
29 Ílhavo	M	75,9%	77,3%	22.548.423	17.641.185	4.907.238	78,2%
30 Oliveira do Bairro	M	79,1%	82,5%	15.316.169	11.987.355	3.328.814	78,3%
31 Oliveira de Azeméis	M	87,3%	79,6%	36.911.677	28.936.092	7.975.584	78,4%
32 Paredes	M	81,6%	87,6%	38.553.844	30.268.427	8.285.417	78,5%
33 Porto de Mós	M	77,6%	80,6%	17.181.297	13.504.248	3.677.050	78,6%
34 Almada	G	89,4%	79,6%	99.801.531	78.493.054	21.308.476	78,6%
35 Alcobaça	M	74,3%	72,6%	29.327.695	23.141.971	6.185.724	78,9%

Fonte: Anuário Financeiro Português 2019

A DGAL publicou um estudo sobre a Análise das Prestações de Contas Individuais dos Municípios. O último relatório (2019), tem como objetivo a divulgação da situação económico-financeira dos municípios portugueses.

Para uma melhor compreensão da evolução do desempenho económico e financeiro dos municípios, principalmente o de Cascais, privilegiou-se uma análise comparativa de 2017 a 2019, por forma a entender-se melhor as mudanças ocorridas nas atividades municipais.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

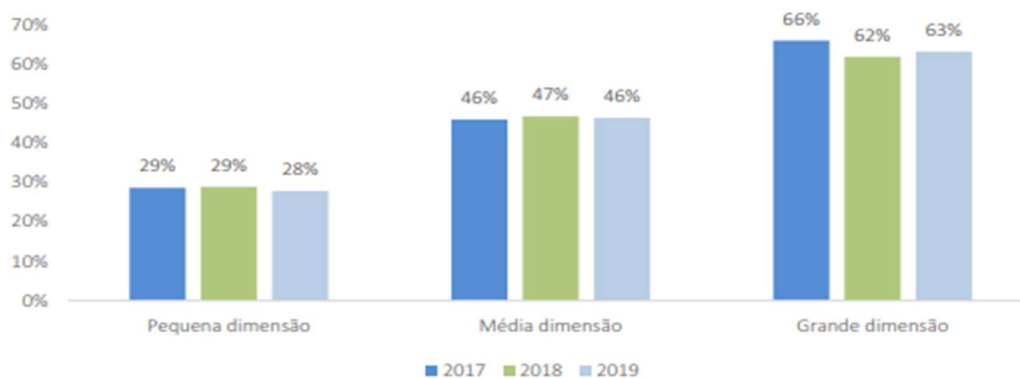
Os municípios foram divididos de acordo com a sua população: os de pequena dimensão – até 20.000 habitantes; os de média dimensão – entre 20.000 e 100.000 habitantes; os de grande dimensão – mais de 100.000 habitantes.

Cascais, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), possui cerca de 214.134 mil habitantes (informação preliminar do CENSO 2021). Isso caracteriza o território como de grande dimensão.

Seguindo o raciocínio do relatório apresentado pela DGAL sobre a Análise das Prestações de Contas Individuais dos Municípios, o grau de independência financeira é representado pela relação entre o valor das receitas próprias e relação à receita total, indicando a competência do município de gerar seus próprios recursos, não dependendo de outras entidades para melhorar seu desempenho.

A figura 6 mostra que os municípios de grande dimensão, como o município de Cascais, apresentam valores médios acima dos 60%. Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais.

Figura 6 - Evolução da independência financeira (2017-2019)



Fonte: DGAL (Análise das Prestações de Contas Individuais dos Municípios – 2019)

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

A Câmara Municipal de Cascais, em seu relatório de prestação de contas Individual e consolidada de 2019, analisa não só a execução do orçamento do município, mas também a sua situação económico-financeira, apresentando também as demonstrações financeiras.

De seguida, no quadro 1, observamos que no ano de 2019 a receita cobrada atingiu os 281,9 milhões de euros, verificando-se um aumento de 3,3 milhões de euros relativamente à receita corrigida que atingiu os 278,7 milhões de euros.

Quadro 1 – Análise orçamental da receita

Análise Orçamental	Orçamento da Receita 01-01-2019	Receita Corrigida 31-12-2019	Receita Cobrada	Taxa de Execução
Receita Corrente	202.523.312,00	202.318.336,04	207.056.441,67	102,3%
Impostos Diretos	133.465.079,00	130.049.559,60	133.307.090,38	102,5%
Impostos Indiretos	8.941.578,00	11.878.088,73	12.057.503,59	101,5%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	7.919.448,00	6.586.457,50	7.157.952,26	108,7%
Rendimentos da Propriedade	209.823,00	184.636,94	194.983,58	105,6%
Transferências Correntes	29.388.932,00	31.166.710,24	31.899.332,96	102,4%
Vendas de Bens/Serv. Correntes	22.499.178,00	21.913.508,29	21.897.707,41	99,9%
Outras Receitas Correntes	99.274,00	539.374,74	541.871,49	100,5%
Receita Capital	11.893.171,00	8.588.942,29	7.107.504,33	82,8%
Vendas de Bens de Investimento	3.876.112,00	1.407.047,40	1.726.148,86	122,7%
Transferências Capital	5.711.569,00	4.045.268,40	2.023.534,43	50,0%
Ativos Financeiros	120,00	120,00	0,00	0,0%
Passivos Financeiros	70,00	70,00	0,00	0,0%
Outras Receitas Capital	2.305.300,00	3.136.436,49	3.357.821,04	107,1%
Outras Receitas	10,00	67.795.783,62	67.798.254,22	100,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	85.039,78	87.510,38	102,9%
Saldo da gerência anterior	0,00	67.710.743,84	67.710.743,84	100,0%
Total da Receita	214.416.493,00	278.703.061,95	281.962.200,22	101,2%

Fonte: Relatório de prestação de contas Individual e consolidada de 2019

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

No quadro 2 está demonstrada a decomposição da despesa orçamentada, a corrigida e a paga por grandes grupos.

Quadro 2 – Análise orçamental da despesa

Execução da Despesa	Orçamento da Despesa 01-01-2019	Dotação Corrigida 31-12-2019	Despesa Paga	Taxa Execução
Despesa Corrente	161.984.642,00	184.058.364,11	155.239.292,42	84,3%
Pessoal	49.811.160,00	50.012.162,00	47.226.774,77	94,4%
Aquisição de Bens e Serviços	86.056.568,00	89.158.751,11	68.286.567,62	76,6%
Juros e Outros Encargos	661.307,00	543.307,00	330.601,40	60,8%
Transferências Correntes	12.741.577,00	26.658.361,00	23.092.336,44	86,6%
Subsídios	12.362.906,00	14.786.252,00	13.864.618,20	93,8%
Outras Despesas Correntes	351.124,00	2.899.531,00	2.438.393,99	84,1%
Despesa Capital	52.431.851,00	94.644.697,84	51.771.480,78	54,7%
Aquisição de Bens de Capital	38.286.749,00	67.700.312,84	35.747.192,25	52,8%
Transferências de Capital	8.857.555,00	20.456.032,00	10.218.043,88	50,0%
Ativos Financeiros	480.442,00	500.442,00	475.442,00	95,0%
Passivos Financeiros	4.736.783,00	5.374.853,00	5.303.017,09	98,7%
Outras Despesas Capital	70.322,00	613.058,00	27.785,56	4,5%
Despesa Total	214.416.493,00	278.703.061,95	207.010.773,20	74,3%

Fonte: Relatório de prestação de contas Individual e consolidada de 2019

No quadro 3, conseguimos observar a receita total cobrada e despesa total paga de 2017 a 2019. Conseguimos constatar que nos 3 anos em questão há uma evolução crescente da receita cobrada e o mesmo ocorre com a despesa paga. Podemos perceber também que o valor do saldo de gerência desde 2017 sobe, o que nos leva à conclusão de que há uma boa execução da receita orçamental.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

Quadro 3 – Receita vs Despesa

Designação	2017	2018	2019
Receita total cobrada	217.970.464,41	259.161.141,18	281.962.200,22
Despesa total paga	178.181.432,32	191.450.397,34	207.010.773,20
Saldo para a gerência seguinte	39.789.032,09	67.710.743,84	74.951.427,02

Fonte: Relatório de prestação de contas Individual e consolidada de 2019

O município de Cascais demonstrou no período de 2017 a 2019 ter suas contas em dia e conforme vamos perceber na entrevista com a vereadora Joana Balsemão, a dificuldade na implementação dos ODS, não aparenta ser financeira.

O processo de implementação parece ser mais complexo do que menciona a teoria (a empresa Global Reporting Initiative - GRI, criou um guia prático descrevendo o processo de inclusão dos ODS nos negócios) e o dinheiro parece não conseguir “comprar”, ou seja, ter valores em “caixa” não garante a concretização Agenda 2030, teremos que entender a seguir quais são os fatores preponderantes para a concretização da mesma.

3.2.3 Os ODS no Município de Cascais

O Município de Cascais comprometeu-se publicamente com os princípios das Nações Unidas e desde então esforça-se para a realização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados, por unanimidade, pela Assembleia-Geral das Nações Unidas.

O Relatório base para a adaptação local dos Objetivos de desenvolvimento sustentável em Cascais, o qual é o ponto de partida para uma análise mais detalhada sobre o contexto local para a sustentabilidade, traz em seu prefácio, as palavras do presidente da Câmara, Carlos Carreiras, sobre os ODS:

“A procura da sustentabilidade dá um novo passo com a criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma agenda com 17 objetivos e 169 metas para que o mundo seja um lugar melhor até 2030. São um compromisso dos Estados, mais ricos e pobres.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

Os ODS não podem ficar fora do debate político e social. Se queremos que as nossas cidades tenham menos desigualdades e melhores serviços públicos, mais saúde e melhor justiça, mais qualidade de vida e melhor crescimento económico, mais inovação e competitividade, os ODS precisam de ser discutidos e afinados localmente, junto às pessoas, e envolvendo toda a comunidade.

Pela primeira vez na História há mais pessoas a viver nas cidades do que no mundo rural. Mas grande parte do nosso mundo ainda está muito longe de ter completado o seu processo de “urbanização”, acentuando os desequilíbrios.

A cidade é a unidade política historicamente mais permanente, mas também será, ou já é, a mais determinante. Não apenas na criação de oportunidades e crescimento económico, mas também no combate aos problemas perenes com que o mundo se confronta: das migrações às alterações climáticas, do combate à desigualdade à promoção da segurança, da luta contra a pobreza à erradicação da fome. Cascais, Autarquia que tenho a honra e o privilégio de liderar, elevou os ODS a programa político e estratégico. Por um lado, porque entende que é sua a responsabilidade liderar pelo exemplo no plano nacional e internacional. Por outro lado, porque este caminho nos levará a uma comunidade mais próspera, solidária e coesa. São estes os objetivos para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. Em Cascais, vamos fazer acontecer. Não vamos deixar ninguém para trás!”

A C.M.C tem desenvolvido um trabalho de excelência no âmbito da implementação dos ODS, nas mais variadas vertentes, abordando-os de forma geral, mas também trabalhando alguns deles de forma mais específica.

Ainda está em processo de implementação, pois os ODS têm a característica de definir metas, mas não mostram o caminho para chegar lá deixando as Organizações confusas. O primeiro passo seria entender “Como?” implementá-los. A Autarquia já implementou vários ODS sem estarem registados como tal, mas a partir do momento que possuem um plano de ação social, roteiro para a neutralidade carbónica, dentre outras coisas, sabem que estão a cumprir com muitos ODS e só precisam sistematizá-los para implementá-los na prática.

A Câmara Municipal de Cascais tem utilizado uma abordagem para implementação dos ODS chamada “inside out”, ou seja, de dentro para fora. Ao invés de contratar uma empresa para medir sua performance em cada ODS, optaram em adquirir esse conhecimento, através de formações, work shops, por exemplo. Segundo palavras da vereadora Joana Balsemão, “ninguém nos conhece melhor como organização e ao nosso território do que os 3000 funcionários da C.M.C. dos mais diversos setores”. Serão esses autarcas que estarão aptos a fazer por exemplo o diagnóstico na implementação dos ODS e ajudarão na identificação de pontos de melhorias além de indicadores, já que um dos grandes desafios deste processo é a localização dos ODS e este será o caminho que irão fazer.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

Para além do exposto acima a C.M.C. irá envolver também agentes externos que trarão o seu contributo, perspetiva e experiência sobre o tema. Quando se trata dos ODS não há individualismos e sim partilha de informações, só assim conseguiremos bons resultados para a Agenda 2030.

A C.M.C. está envolvida em muitos projetos e um deles é com o CESOP, que atualmente faz anualmente um relatório chamado Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM) o qual monitoriza o grau de sustentabilidade do território, a dinâmica de envolvimento das partes interessadas e o grau de desempenho, tudo em prol do desenvolvimento sustentável ao nível local.

O Índice de Sustentabilidade Municipal já está na sua terceira edição e reúne um total de 129 indicadores (dos quais 115 sem duplicação) relativos a 66 metas, com aplicabilidade à realidade local, que melhor traduzam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, ao nível municipal.

O ISM foi criado em parceria com os Municípios da Rede CESOP-Local, permitindo a cada Município a obtenção do diagnóstico do seu território concretizado em cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 através das metas e indicadores analisados com aplicabilidade ao nível municipal.

Essa investigação foi desenvolvida pela equipa de investigadores CESOP-Local enquanto laboratório-vivo das dinâmicas sociais para a sustentabilidade local, em colaboração com os Autarcas e Técnicos dos Municípios parceiros da Rede CESOP-Local, ao longo do ano, no âmbito do Projeto “Territórios Sustentáveis”, que visa a mediação, partilha e transferência de boas práticas e conhecimento para a coesão do desenvolvimento sustentável do território municipal ao disponibilizar informações relevantes de apoio à decisão autárquica.

Paralelamente, o Município de Cascais é um dos 20 Municípios que fazem parte do projeto “RUMO A 2030 - Campanha para a Promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global”, o qual está a ser implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) no âmbito da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD).

A Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD), formalmente criada a 15 de março de 2013, é constituída por 20 municípios portugueses comprometidos com a realização de um trabalho mais estruturado e eficaz no combate à pobreza no âmbito

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

das suas ações de Cooperação para o Desenvolvimento com entidades congéneres nos Países de Língua Oficial Portuguesa.

O IMVF integra o secretariado técnico da RICD – uma iniciativa que nasceu no âmbito do projeto Redes para o Desenvolvimento: da geminação a uma cooperação mais eficiente – e tem trabalhado de forma contínua na formação e capacitação de técnicos municipais e sensibilização das respetivas chefias e munícipes para as questões da Cidadania Global e do Desenvolvimento.

Os municípios membros da RICD iniciaram um processo de inovação, progresso e sustentabilidade, pelo que através da Agenda 2030, tem oportunidade de contribuir e reforçar a ação municipal em prol da necessária transformação social, económica e ambiental.

Da promoção de cidades e comunidades sustentáveis à erradicação da pobreza e fome, da ação climática ao trabalho digno, da saúde ao consumo sustentável, da educação às parcerias sólidas, os temas abordados são o espelho da universalidade dos desafios que hoje enfrentamos.

Esse projeto, financiado pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, está estruturado em torno de 3 grandes resultados: capacitação (de técnicos municipais e agentes educativos), sensibilização e mobilização.

No âmbito deste projeto, os municípios encontram-se a implementar campanhas dirigidas aos munícipes para promover a adoção de atitudes e comportamentos que tornem o desenvolvimento sustentável uma realidade.

Para além disso o projeto “RUMO A 2030” quer garantir que, através do processo de “localização” da Agenda 2030, os municípios assumam a sua posição privilegiada, para adotar estratégias, políticas e ações que contribuam para a prossecução dos ODS.

Segundo o Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), os municípios, por serem a forma de governação mais próxima das pessoas estão numa posição ideal para realizarem ações de sensibilização sobre a importância dos ODS. No entanto, sensibilizar para os ODS não é apenas dar a conhecer os Objetivos aos cidadãos. É sobretudo empoderar os mesmos para agirem e participarem na sua concretização no seu dia-a-dia, de forma dinâmica, direta, empenhada, crítica e assertiva através da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global. É neste eixo de sensibilização – ação – mobilização que focaremos a campanha Rumo a 2030.

O Município de Cascais tem muitas boas práticas em vários ODS, e no que se refere ao ODS 1, Erradicação da Pobreza, tem o espaço “Gabinetes Mais Perto” o qual tem duas

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

vertentes de atuação, o atendimento pontual e o acompanhamento individual aos residentes em Cascais, sempre em estreita articulação com parceiros locais.

O objetivo deste gabinete é trazer uma resposta mais atempada nas áreas de habitação, centro de dia/lares, dinâmica família, saúde, transportes, creches/ jardim-de-infância /escolas/ bens de primeira necessidade, legalização e assuntos relacionados com emprego e formação. Possui também um plano para integração de pessoas sem abrigo e uma plataforma de Recursos de Apoio na Privação Material, que visam respetivamente o auxílio às pessoas em situação de exclusão social e o apoio qualificado e, nesse sentido, assume como finalidades a abordagem estratégica e prospetiva desta problemática, contribuindo para a qualificação, o conhecimento e o acesso aos recursos neste domínio.

Referente ao ODS 2, Erradicação da Fome, O Município de Cascais apoia diversas entidades/projetos com intervenção na área do apoio alimentar (alimentos confeccionados e por confeccionar) que apoiam famílias em situação de vulnerabilidade sócio-económica visando o acesso a uma alimentação mais diversificada e equilibrada. O programa “Cascais + solidário” pretende diversificar e enriquecer os alimentos disponíveis nas bolsas de alimentos ou nas mercearias sociais; os Bancos do Bebê que apoiam crianças até aos 3 anos; o programa de apoio alimentar que garante refeições diárias no domicílio a munícipes idosos e/ou em situação de dependência. Assegura ainda o apoio aos projetos “Cozinha com alma”, “Refood” e “Zero desperdício”.

Paralelamente tem o programa “Terras de Cascais” o qual visa potenciar a qualidade de vida dos cidadãos e a qualidade ambiental do território através da atividade hortícola em meio urbano. Inclui ainda a Horta do Pisão que permite o contacto direto com as plantas, desenvolve ações educativas e recorre a mão-de-obra carenciada. Esta dinâmica social estende-se a outras hortas, nomeadamente ao estabelecimento prisional de Tires e a bairros sociais.

O ODS 3, Saúde de Qualidade, conta com o “Smart Health” - Saúde Inteligente, ferramenta para a monitorização, consulta de informação e apoio à decisão referente à saúde e fatores sociais no concelho. Essa ferramenta, oferece aos cidadãos o acesso aberto a informação, aumentando a transparência, enquanto permite que possam desempenhar um papel ativo como motor de governação sustentável.

O ODS 4, Educação de Qualidade, tem o Programa de Educação e Sensibilização Ambiental de Cascais consistindo num conjunto de atividades teóricas e práticas promotoras

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

da educação para o desenvolvimento sustentável, nas temáticas da Cidadania, Natureza, Mar, Resíduos, Energia e Proteção Animal.

O sistema educacional de Cascais conta com a “Sala de Inovação Educativa” que vem criar um novo paradigma educativo em que se fomenta o trabalho de grupo, o raciocínio lógico, a pesquisa temática e o sentido crítico, ferramentas essenciais para a criação de competências pessoais e profissionais dos educandos, proporcionando ferramentas, ações e demais recursos úteis às tomadas de decisão dos órgãos de gestão escolar.

No ODS 5, Igualdade de Género, o município de Cascais tem o projeto MGF (Senhoras de Si) o qual visa empoderar mulheres residentes neste bairro para serem agentes de mudança em prol da igualdade e pelo fim das várias formas de violência e de desigualdade de género nas suas comunidades.

Referente ao ODS 6, Água Potável e Saneamento, Cascais tem um projeto cujo nome é Poluição Zero, o qual visa garantir que o sistema predial de esgotos esteja corretamente ligado à rede pública de águas residuais domésticas. Esse projeto funciona da seguinte maneira: O proprietário pode não ser responsável pelo facto da ligação em sua casa não estar bem executada, mas é da sua responsabilidade verificar a legalidade e se existem anomalias para garantir que o problema é devidamente corrigido.

As Águas de Cascais têm em prática um procedimento rigoroso de deteção de anomalias, cujas ações passam pela realização de inspeções periódicas às redes públicas de águas residuais domésticas e pluviais e posteriormente às redes prediais. A C.M.C também faz o reaproveitamento de águas residuais para limpeza urbana valorizando a água reciclada proveniente da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). Esta medida contribui para a sustentabilidade ambiental, uma vez que evita a utilização de água potável para uma utilização que não é considerada “nobre”. A reutilização de água reciclada de ETAR evita não só a extração de água nas origens, mas também os custos associados ao seu tratamento.

No que tange ao ODS 7, Energias Renováveis e Acessíveis, Cascais tem vindo a desenvolver medidas que visam a redução de consumos de energia e o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos, potenciando a eficiência energética através da implementação de medidas no seu território.

O Plano de Ação para a Energia e Sustentabilidade do Município de Cascais, finalizado em 2012 para o Pacto dos Autarcas, potencia os elementos obtidos das várias Matrizes Energéticas através da definição de medidas e ações, no campo da eficiência energéticas e energias renováveis, iluminação pública, transportes, entre outros, com a identificação de 13

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

medidas proposta ao nível da Autarquia e 12 medidas ao nível do Concelho. Este documento de referência é atualmente uma importante ferramenta de apoio à decisão.

O projeto de eficiência energética dos edifícios municipais consiste numa estratégia integrada de redução de consumos de energia associada à infraestrutura da Autarquia. Esta medida consiste na auditoria e análise da realidade do edificado e identificação de ações de eficiência e do período de retorno do investimento da solução, tendo como objetivo a sua materialização. Este projeto apenas termina com a implementação monitorização da medida, por forma a medir efetivamente o seu impacte e eficiência.

O Plano Municipal para a Iluminação Pública consiste numa estratégia de eficiência energética na iluminação pública de Cascais. Estas medidas têm como objetivo reduzir os consumos de energia, mas também melhorar a qualidade e a capacidade da Autarquia interagir com o espaço público. Tem vindo a ser feito um investimento progressivo em novas luminárias LED com possibilidade de gestão, um investimento que se pretende alargar, para dar prioridade a zonas mais degradadas e com necessidades de requalificação e a locais com retorno mais rápido do investimento.

O ODS 8, Trabalho Digno e Crescimento Económico, traz a ideia de que a criação de emprego é, no fundo, criar oportunidades para captar todo o potencial humano de cada um. Cascais, através da Organização não Governamental (ONG) DNA Cascais, a qual tem por tem por objeto contribuir, por todos os meios adequados, para a promoção, incentivo e desenvolvimento do empreendedorismo em geral, com especial incidência para a promoção do empreendedorismo jovem e social no Concelho, apoiou nos últimos 10 anos, a criação de 292 empresas (que potenciaram 1515 novos postos de trabalho). Possui igualmente um dos maiores programas de empreendedorismo escolar em Portugal, que ao longo de 10 edições já envolveu mais de 18.000 alunos, 50 escolas e 2 universidades.

Além disso, o Concelho de Cascais, tem o Grupo de Empregabilidade Territorial que agrega organizações da sociedade civil que atuam no concelho e trabalham de forma colaborativa visando promover a formação e inclusão socioprofissional para todos. Os contextos de atuação têm uma lógica de proximidade territorial, onde a intervenção se revela pertinente segundo o diagnóstico contínuo de necessidades e recursos, priorizando os territórios onde se verifiquem mais situações de maior vulnerabilidade social.

No ODS 9, Indústria, Inovação e Infraestruturas, a C.M.C. possui um sistema de gestão de entidades denominado Cascais ID, o qual permite aprofundar e facilitar a utilização dos serviços prestados pela Câmara Municipal de Cascais. Através de uma solução de “login”

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

único para os vários sistemas que envolvam autenticação no portal “My Cascais”, o munícipe pode requisitar e adquirir serviços da Autarquia ou parceiros na área da mobilidade, serviços pessoais ou ainda consultar informação pessoal. Pode associar-se a outras entidades com vista a alargar o leque de soluções para o seu quotidiano, o que fomenta a equidade e transparência.

Para além disso, possuem o Centro de Operações Integrado – C3, o qual dota o Município de capacidade de gestão do território de forma integrada, em tempo real e de forma preditiva, abrangendo as diversas valências operacionais e de segurança quer da responsabilidade do universo municipal (Mobilidade, Proteção civil, Polícia Municipal, Intervenção no território (obras), Energia, Ambiente, Atendimento municipal) entre outros. Os seus processos de comando e controlo definidos auferem capacidade preditiva e de “machine learning” para produzir informação sobre indicadores chave dirigidos aos decisores e ao público em geral.

No ODS 10, Reduzir as Desigualdades, Cascais tem o projeto Educa e o Soft Skills.

O Projeto EDUCA assenta na mediação de pares e visa formar jovens adultos sem ocupação, em competências básicas de empregabilidade, de animação e de mediação, através da formação inicial e posterior formação em contexto de trabalho. Na escola, o projeto pretende constituir-se como recurso/resposta ao nível da minimização de situações de tensão entre alunos, quer através da animação de recreios, como também da sinalização e acompanhamento das situações de maior complexidade.

Já o projeto Soft Skills surge do processo identificação que os técnicos fazem no atendimento de emprego para encontrarem as respostas mais adequadas aos que se encontram desempregados ou à procura de 1º emprego e que demonstram algumas dificuldades na sua integração no mercado de trabalho. O projeto contempla uma semana de formação, constituída por sessões de informação, capacitação e atividades relacionadas com a empregabilidade. Destacam-se temas como o conhecimento de si, o reconhecimento de interesses e competências para o trabalho, a procura ativa de emprego, as relações interpessoais e a comunicação, o currículo, os anúncios de emprego e a entrevista. O objetivo é facilitar a (re)integração no mercado de trabalho e que os participantes adquiram, treinem, desenvolvam e reforcem um conjunto de conhecimentos, atitudes e competências fundamentais para a conquista de um emprego.

Quando falamos de Cidades e Comunidades Sustentáveis, estamos nos referindo ao ODS 11, e a Autarquia tem um programa de mobilidade integrada, conhecida como Mobi

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

Cascais que visa promover a utilização do transporte público, criar condições de usufruto de mobilidade suave em detrimento do transporte privado.

Disponibiliza uma oferta multiplataforma (bicicleta, estacionamento, autocarros, comboio e outros serviços relacionados) com condições especiais. Com a utilização desta plataforma, reduz-se o impacto do transporte privado no tráfego e emissões de poluentes ao mesmo tempo que se promove um estilo de vida mais saudável com a utilização das bicicletas, para as deslocações diárias ou pelos turistas.

Os espaços públicos verdes urbanos são áreas vitais para a preservação da qualidade de vida e do património natural do concelho. Podem tomar diferentes formas e funcionalidades consoante o seu enquadramento e tipologia. Os espaços mais urbanizados beneficiam de jardins e parque na sua envolvente, promovendo a dinâmica comunitária.

Outros espaços mais naturalizados contribuem para a preservação da biodiversidade e os demais serviços ambientais, podendo ser usufruídos por todos.

O ODS 12, Produção e Consumo Sustentáveis, advém da capacidade em dinamizar a economia local através dos recursos naturais e do seu contributo na economia local. A produção de resíduos, emissões poluentes e outros impactos terão de ser prevenidos pela eficiência, de acordo com os princípios da economia sustentável e circular.

Por conta disso o poder Local tem que procurar a redução da sua pegada ecológica através da valorização de resíduos, e consumo de produtos locais devidamente qualificados para o efeito, com respeito pela identidade das comunidades. Cascais tem uma plataforma chamada Smart Waste Management que tem o objetivo de otimizar o sistema de gestão de resíduos urbanos através de metodologias inovadoras, baseadas em critérios gestionários que permitem aumentar a qualidade dos serviços e potenciar o trabalho dos colaboradores. Baseia-se em mecanismos de apoio à decisão, através da recolha de dados e tratamento da informação, assim como ferramentas de fomento da cidadania ativa, o que permite criar mais-valias na cadeia de valor do conhecimento. Para além desta plataforma existe o projeto Eco-comunidades - Iniciativas de Transição para Sociedades Sustentáveis, o qual tem como objetivo a promoção de estilos de vida compatíveis com uma sociedade pós-carbono, visando a redução de emissões de gases responsáveis pelo efeito de estufa, melhoria da eficiência no uso dos recursos e a utilização de um conjunto de medidas destinadas a incentivar alterações nas práticas quotidianas dos cidadãos.

No que tange ao ODS 13, Ação Climática, O Município de Cascais tem respondido à adaptação às alterações climáticas através de uma ação concertada entre os serviços, em

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

particular no planeamento e em iniciativas de comunicação para a população em geral, valorizando o extenso trabalho em curso.

Entre os anos de 2013 e 2016 decorreu o projeto ClimAdaPT.Local que teve como objetivo iniciar em Portugal um processo contínuo de elaboração de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC). Contando com os contributos de experiências existentes, do qual Cascais, foi um membro ativo, 27 municípios replicaram as metodologias para a integração das alterações climáticas nas políticas locais. O programa foi precursor da Rede de Municípios em Adaptação local que prolongará o esforço em assistir os municípios portugueses no seu processo de resiliência.

Quando pensamos em Proteger a Vida Marinha, automaticamente associamos ao ODS 14, e Cascais responde à proteção da vida marinha através da conservação da natureza e, particularmente, com ações de comunicação para a população em geral e público escolar. A sensibilização das populações é um elemento-chave para o sucesso das políticas ambientais.

Cascais criou a Área Marinha Protegida das Avencas que visa a proteção de habitats marinhos de grande importância ecológica numa área de elevada pressão antropogénica.

Além de ações de ordenamento do território e gestão ambiental, estão previstas ações de sensibilização com elevado impacto junto do público escolar.

Os principais objetivos são a preservação da vida marinha e a proteção do habitat intertidal rochoso, assim como a sensibilização ambiental de todos os seus utilizadores. Para além disso, foi criado o AquaSig Cascais que é um projeto base de caracterização e monitorização do Mar de Cascais, que além do levantamento de todas as sensibilidades ambientais e caracterização a nível biológico e geofísico da zona marítima de Cascais, é uma ferramenta de gestão ativa, mapeando todas as atividades económicas existentes na área.

Os principais objetivos do projeto consistem na monitorização biológica de toda a zona costeira do concelho e avaliar potenciais locais para a criação de novas áreas marinhas protegidas de gestão Municipal.

No ODS 15, Proteger a Vida Terrestre, Cascais desenvolve a conectividade entre os habitats, promovida pelos corredores ecológicos associados às ribeiras dos concelhos, que funcionam como refúgios de flora, fluxos de fauna extremamente importantes na prestação de serviços ambientais.

A existência do Parque Natural Sintra Cascais e Rede Natura 2000 (incluindo área marinha) contribuem para o reconhecimento e relevância da diversidade biológica, sendo

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

essa conservação da Estrutura Ecológica uma condição essencial para o desenvolvimento sustentável em Cascais.

A Autarquia também tem um programa, Oxigénio, que faz a promoção e defesa da natureza e da biodiversidade no concelho de Cascais, através do envolvimento ativo da população em ações de conservação da natureza em regime de voluntariado, e desta forma procura-se inculcar uma consciência crítica sobre a qualificação ambiental. Foi lançado em 2008, e já regista cerca de 20.091 voluntários.

Referente ao ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, o Concelho acredita que esse decurso é atestado por processos transparentes com partilha de informação adequada aos diferentes estratos sociais e etários (multiplataforma e proximidade).

Isso significa que a cooperação institucional e descentralização entre diferentes órgãos governativos e mesmo entidades de âmbito não-governamental (privado e público), podem reforçar mutuamente a sua capacidade institucional, resultando assim num território mais coeso, seguro e sustentável.

O Orçamento Participativo, por exemplo, é uma valiosa ferramenta de democracia participativa que permite aos cidadãos ter um papel ativo na gestão do território. Desta forma os municípios podem identificar, debater e priorizar projetos que gostariam que fossem concretizados, decidindo quais deverão ser implementados com base no limite orçamental disponível para o efeito e o valor de €300.000 por projeto. A apresentação e debate de ideias de projeto inicia-se em sessões participativas com um processo de votação em várias etapas. São escolhidos os projetos vencedores consoante a votação dos participantes.

O Município apoia o movimento associativo de organizações da sociedade civil através do desenvolvimento de programas que contribuem para o seu crescimento, capacitação e trabalho em rede. Os apoios são regidos por regulamentos próprios, que de uma forma transparente definem as condições em que o Município apoia as entidades, estabelecem normas de candidatura e as regras de utilização dos apoios, existindo ainda normas no que respeita ao apoio a associações de índole social.

Por último, mas não menos importante, temos o ODS 17, Parcerias para Implementação dos Objetivos, Para a implementação dos ODS 2030, o estabelecimento de parcerias deverá se basear na capacidade de promover respostas para os desafios específicos das metas e melhoria efetiva dos seus indicadores, sendo assim, a partilha de responsabilidades e uma maior autonomia para a ação de cada indivíduo, empresa, instituição e órgão governamental são fundamentais.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

O Concelho de Cascais tem um programa denominado Cidades Geminadas o qual promove a união entre cidades de todo o mundo para obterem sinergias a nível cultural, social, económico, educacional, através da criação de iniciativas e mecanismos de cooperação. Algumas partilham referências históricas ou características geográficas comuns que favorecem a partilha de conhecimento e boas práticas. Inclui-se ainda uma dinâmica de interação entre as diásporas para a valorização da identidade e património cultural.

3.3 Entrevista Estruturada

Este inquérito tem como objetivo, recolher informações para a realização de um trabalho de mestrado, referente aos ODS, tendo como objeto de estudo a Câmara Municipal de Cascais.

Os entrevistados são a vereadora Dra. Joana Balsemão, a qual é responsável pelas áreas da Qualificação Ambiental, Alterações Climáticas, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Cidadania e Participação na respetiva Autarquia e o Doutor Pedro Neves, sócio fundador da Global Solutions e Membro do Conselho Consultivo da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa, e consultor na C.M.C. em assuntos relacionados aos ODS.

A vereadora Joana Balsemão foi conselheira técnica na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, sendo responsável pela negociação de propostas legislativas relacionadas com política ambiental, climática e energética.

A sua experiência inclui: assessoria no Ministério do Ambiente, coordenação do programa Agenda 21 na Câmara Municipal de Cascais; investigação pelo Instituto Superior Técnico, na área da educação para as alterações climáticas; técnica de energia no Conselho Distrital Vale of White no Reino Unido; assessora na Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento.

Concluiu o Mestrado em “Environmental Change and Management” na Universidade de Oxford.

O Doutor Pedro Neves tem nacionalidade portuguesa, nasceu em Luanda em 1965, é licenciado em Engenharia de Minas, e possui várias pós-graduações: Engenharia de

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

Petróleos, Planeamento de Projetos, Gestão de Projetos, Gestão de Empresas, Análise de investimentos e Gestão de Ativos imobiliários.

A sua formação vem da Universidade do Porto, Imperial College (Londres), Planeamento e Gestão de Projetos, Centro de formação da bouygues Offshore (Paris), Universidade Católica (Lisboa), Academia da TCN (Utrecht).

Atualmente (2020) finalizou um doutoramento cujo tema foi sobre os ODS. (SDG,s Why? And for whom?).

Ambos os entrevistados possuem muito conhecimento e experiência sobre a implementação dos ODS.

O inquérito é composto por um conjunto de questões diretas e abertas, onde os participantes podem responder nas suas próprias palavras, não havendo sugestões de respostas.

3.3.1 As fases das entrevistas

Neste estudo, no que se refere às entrevistas, teve-se em consideração as orientações propostas por Carmo e Ferreira (1998). Isso significa que antes das entrevistas foram definidos os objetivos e identificados os temas relevantes a serem abordados para a construção dos guiões das mesmas. Elaboraram-se, de seguida, os tópicos de perguntas a efetuar, para cada objetivo.

Optou-se neste estudo de caso pela gravação das entrevistas e foram realizadas as suas transcrições para futura análise. A escolha da gravação foi feita com o objetivo de evitar tomar notas, o que poderia criar distração nos intervenientes das mesmas e assim perder informações importantes e relevantes durante esse processo.

Para corroborar esta fase do estudo de caso, foram selecionados dois conhecedores sobre assunto ODS, a Vereadora Joana Balsemão, a qual foi eleita para o mandato 2017/2021 na Câmara Municipal de Cascais e o professor Universitário Especialista em Desenvolvimento Sustentável e Fundador-CEO da Global Solutions 4U, Doutor Pedro Mateus das Neves.

O guião de entrevista para a vereadora Joana Balsemão é constituído por 16 questões centradas no processo de implementação dos ODS, nomeadamente: as dificuldades encontradas, contributo que a Câmara Municipal de Cascais está a dar para Agenda 2030, se há um orçamento destinado para os ODS e o papel da comunidade neste processo. A principal tipologia das questões são relacionadas com a perceção da Câmara Municipal de Cascais na

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

implementação dos ODS. O foco é tentar perceber se a maior dificuldade na implementação pode ser financeira.

Já o guião de entrevista elaborado para o Doutor Pedro Mateus das Neves é constituído por 5 questões centradas também no processo de implementação dos ODS.

O Doutor Pedro Neves, é um dos colaboradores que está a ajudar a Câmara Municipal de Cascais a promover formações aos autarcas referentes aos ODS.

3.3.1.1 Entrevista Vereadora Joana Balsemão

1) Qual ou quais ODS a Câmara Municipal de Cascais está a priorizar e porquê?

Nós ainda não definimos quais vamos priorizar. Vou explicar como estamos a abraçar o tema dos ODS. Estamos fazendo um processo que chamamos de “inside out” (de dentro para fora).

Ao invés de chamar uma Entidade externa, consultor ou uma Universidade para vir avaliar a performance da Câmara referente a cada ODS, estamos fazendo o exercício de dentro para fora, porque ninguém nos conhece melhor como Organização e ao nosso território, do que os 3000 mil funcionários da Câmara dos diferentes setores, então o que está em curso neste momento são formações, work shops, com dezenas de funcionários com pequenos grupos setoriais de cada vez.

O objetivo é explicar o que são os ODS para tirar o máximo a cada um desses participantes que após esse conhecimento nos ajudarão a fazer o diagnóstico e na identificação dos pontos de melhorias e indicadores, já que uma das maiores dificuldades é a “Localização dos ODS” e então esse é o caminho que vamos fazer.

Vamos envolver também os agentes externos, mas o objetivo é que a Câmara toda respire ODS e para isso não vale a pena fazer de conta, ou seja, é mesmo preciso que os funcionários saibam o que são os ODS, como surgiram, porquê são esses e como são as métricas.

No final vamos ter vários projetos, os ODS estarão visíveis em várias frentes. Por exemplo, sempre que uma proposta for a uma reunião de Câmara para ser votada ou a

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

Asssembleia Municipal, será acompanhada por uma coisa que chamamos de “visto dos ODS”, portanto o vereador que propõe aquele programa ou aquela iniciativa terá que refletir sobre como este projeto contribui para determinado ODS, e sendo necessário farão ajustes.

Todo o nosso orçamento também vai estar traduzido ou refletido em matéria de ODS, ou seja, há muitos projetos que ainda estão apenas no “papel”, mas que estão a surgir à medida que nós vamos fazendo estas ações de formação. Isso significa que nós sabemos qual é o caminho, mas não conseguimos antecipar quais vão ser os pequenos projetos que vão emergir ao longo do processo.

Por isso não posso responder essa pergunta, ainda não sabemos quais serão priorizados porque é um exercício que é feito cá dentro.

2) Então a C.M.C ainda não implementou concretamente nenhum ODS, é isso?

Sim, é isso. Nós já implementamos muitos ODS sem estarem registados como tal, mas naturalmente nossa atividade a partir do momento em que temos o plano de ação social, ou seja, que temos roteiro para a naturalidade carbónica e outras coisas, por exemplo, sabemos que estamos a cumprir com muitos dos ODS. O que é preciso agora é sistematizar.

Essa é a vantagem da Organização respirar os ODS, ou seja, é conseguirmos estruturar o pensamento de forma coletiva em função dos ODS. Fazendo isso vamos perceber que as nossas áreas se cruzam.

Eu vejo os ODS como a linguagem mais universal que nós podemos encontrar.

Acredito que nunca houve um conjunto de indicadores e métricas que fosse tão fácil de aprender, tão consensualmente aceite, (foi aceite por 194 países), e que seja parte do léxico atual, seja de uma ONG, uma multi-nacional, Câmara Municipal ou governo.

É uma linguagem que se tornou completamente consensual e universal, porque os próprios ODS foram construídos de forma muito inclusiva, ou seja, não foram 4, 5 ou 6 pessoas que se sentaram numa sala e disseram “agora vai ser assim”, ao contrário do que ocorreu com os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM). Foi por isso que não correram tão bem. Já os ODS demoraram 3 anos para serem construídos, houve muita auscultação de especialista e de cidadãos comuns e Organizações e por isso que se tornaram tão consensuais.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

3) Possuem alguma dificuldade em implementá-los? Por que na teoria parece simples, mas na prática não é assim.

Ainda não estamos lá. Os ODS têm essa característica, definem metas, mas não definem o caminho para lá chegar e depois as Organizações ficam um pouco confusas. Acredito que há várias coisas que podem correr mal na implementação.

A primeira é a Entidade não saber como lá chegar. Nós aqui já definimos o nosso caminho. Falta ainda fazer a localização dos ODS, bem como, definirmos o método de monitorização.

Para além disso há outra coisa que pode correr mal na implementação que é a coordenação numa Organização. Vou dar o exemplo da C.M.C. Quem é o chapéu? Quem é o coordenador dos ODS? Se os ODS na verdade tocam a todas as áreas, qual o membro do Executivo que fica responsável? Será que faz sentido haver um responsável?

Se forem todos responsáveis, quem é que coordena? Há uma questão de governance que também pode ter implicações para a implementação. E depois finalmente há pessoas que dizem que o fator financiamento pode ser um obstáculo para implementação.

Eu tento fugir desse argumento por que acho que se todo o restante de trabalho tiver bem estruturado e fundamentado, se de fato todas as pessoas da Organização estiverem sido envolvidas, os stakeholders externos também, claro que é importante financiamento, mas vai ser muito mais fácil saber como canalizar e se calhar até encontrar parcerias público-privada e buscar financiamento por exemplo, mas se o planeamento não for bem feito é muito mais difícil ir buscar apoio a atores externos.

É preciso planeamento e diagnóstico para serem de fato muito bem executados.

4) Na sua perceção existe um ou mais de um ODS que foi mais fácil de ser implementado? Porquê?

Eu acho que há um ODS que é o 17 (Parcerias para implementação dos Objetivos) que é o que requer menos diagnóstico, menos investimento e menos governance que já devia fazer parte do nosso trabalho corrente. E quando eu digo parcerias seria internamente e externamente.

Não faz sentido o nosso trabalho se não trocarmos com eles e por isso acho que se alguma coisa não está a correr bem nesse campo é porque estamos a fazer alguma coisa mal

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

ou seja acho que é o ODS no qual há menos razão para as coisas correrem mal, temos a obrigação de já estarem a correr bem, senão não estamos a fazer bem o nosso trabalho.

5) Em contrapartida você acha que há algum mais difícil?

Sim, há um. Consumo e produção responsáveis (ODS 12).

Há muitos ODS que não recaem na esfera de competência de uma Câmara, mas este em particular é desafiante para todos os níveis de governação porque é preciso tocar em várias dimensões diferentes.

A tarefa é gigante, que só uma União Europeia conseguiria através de legislação, pois mexe com a etapa de design, distribuição, produção, materiais utilizados na produção, mexe com os rótulos, com hábitos que é uma das coisas mais difíceis de mudar, mexe com deposição, só assim eu já referi 7 dimensões que estão associadas e quando a Câmara não tem competência praticamente nenhuma e o Governo Central também não tem muita fica mais difícil. Por isso eu diria que este é um dos mais desafiantes.

6) Você Acha exequível uma Entidade Pública conseguir implementar os 17 ODS até 2030?

Sim perfeitamente. Se fizerem um bom diagnóstico, localização dos ODS, definindo metas e indicadores para sua realidade e para sua escala, se tiverem um bom sistema de monitorização e reporte e se tiverem envolvido a Organização como um todo.

7) O que você acha que a Câmara Municipal de Cascais tem de diferencial ou especial na implementação dos ODS?

Alguns aspetos. Eu acho que a nossa abordagem (formar os autarcas, fazer o diagnóstico.) talvez não seja a mais simples. É um caminho demorado, mais difícil, no entanto, quando for concluído será muito mais eficaz e eficiente.

Seria muito mais simples se eu contratasse uma Entidade externa para nos analisar. No entanto, desta forma que estamos a fazer depois de concluído dará a sensação de espírito de missão conjunta.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

Outro aspeto que temos a nosso favor é uma experiência que já vem de alguns anos a trabalhar assuntos multi-setoriais, por exemplo, nós temos um plano de adaptação para alterações climáticas que foi desenvolvido há 5 anos e para o desenvolver foi necessário a Proteção Civil, Saúde, Comunicação, as empresas das Águas, isso para explicar que há vários exemplos de projetos que foram construídos já com esse sistema “de baixo para cima, de dentro para fora” e os nossos funcionários estão habituados a este tipo de metodologia.

Quando há um desafio global, como é o caso dos ODS, como nos adaptamos ao mesmo na escala local, ou seja, a nível da nossa Autarquia?

Essa adaptação é feita envolvendo vários “atores”, ou seja, Instituições que precisarão ser envolvidas no processo, o que é muito importante em termos de literacia.

O Fórum da Saúde, por exemplo, foi construído assim, envolvendo áreas diferentes e através desse processo as pessoas habitam-se a ter empatia, a pensar nas áreas de outras pessoas, aprendem nova linguagem, novo vocabulário, novos conceitos e por isso acho que esse é um outro fator que a Câmara Municipal de Cascais tem a seu favor.

No nosso sistema, os nossos colegas funcionários públicos já estão habituados a trabalhar com esse tipo de abordagem.

Outro fator são as parcerias, é o fato de estarmos em várias redes internacionais.

Nós estamos ativamente em grupos de trabalho, Nações Unidas, União Europeia, Organizações internacionais.

Por último acredito que o fato de termos um presidente da Câmara que apoia e acredita nos ODS. É preciso um líder. Eu sou vereadora, mas se fosse só eu a acreditar não seria suficiente. E o fato do presidente da Câmara acreditar nestas metodologias, conceitos, e na importância que os ODS têm faz toda a diferença.

8) É fundamental para a implementação que haja um orçamento destinado para esses objetivos?

Não. Eu acho que o orçamento corrente da Câmara tem que contribuir para os objetivos, não tem que haver uma rubrica especial que diz ODS.

Dentro da Polícia Municipal, por exemplo, não tem que haver uma rubrica especial que diz ODS, mas é muito importante quando a Polícia Municipal ou outro setor qualquer, desenvolve o seu programa anual e o mesmo contempla os ODS, aprendendo e se questionando “Como as minhas atividades vai impactar?”, “Como eu posso contabilizar?”.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

Eu acho que não é tanto o fluxo financeiro é um fluxo informativo, estatístico. Depois do diagnóstico estar concluído e do sistema de indicadores e de monitorização estar fechado, cada área vai saber o que tem que fazer para cumprir as suas metas e naturalmente esses reforços entrarão através do orçamento desta área setorial, mas para programas que ajudem a catalisar os ODS até 2030 eu acharia mau sinal o orçamento da Câmara decrescer muito por causa dos ODS.

O importante é que haja esta contabilidade e sabermos o que cada projeto, medida e iniciativa contribui para cada ODS. Isso tem que ficar registado para depois ficarmos a saber onde estamos a falhar e se tivermos a falhar muito, como vamos alavancar verba, que pode vir de fora através das parcerias público-privadas (PPP's), da União Europeia, de outros projetos ou se nenhuma destas opções forem possíveis temos que alavancar verba internamente.

Às vezes é necessário reforçarmos algumas rubricas para desenvolvermos projetos que vão nos ajudar a atingirmos determinado ODS.

9) É possível aplicar os ODS sem orçamento?

Sem orçamento de gestão corrente não.

10) Com a situação do COVID pode ser que os países de uma maneira geral fiquem economicamente endividados (isso já é uma realidade). Você acha que será um desafio para os governos fazer mais com menos recursos?

Sim, mas pode ser um desafio interessante. Eu acho que agora mais do que nunca o mundo vai precisar de uma métrica comum para medirmos este progresso e mais uma vez acho que os ODS estão a altura e são uma boa ferramenta para este desafio.

11) Qual o papel da comunidade nestas implementações?

É muito importante. Nós vamos começar o exercício por dentro porque é importante que seja assim, para que os funcionários da Câmara percebam o que está em causa, mas a etapa seguinte é envolver a comunidade, seja stakeholders, ou a sociedade civil em geral.

Cada vez mais não pode depender só do governo, seja a nível Central, Local ou

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

Regional esta missão de construir um mundo melhor, senão não será suficiente e, portanto, é preciso envolver a comunidade não só na fase de diagnóstico, mas também na altura da implementação. O setor privado também tem um papel a desempenhar.

12) Você acredita que se a comunidade tiver informação e formação adequado consegue por si só promover os ODS e trazer um diferencial para os negócios?

Eu acredito que aqui o fator financiamento pode fazer diferença, ou seja, informação é sim importante, mas para darem um passo mais além é preciso haver verba, capital próprio ou outro tipo de capital sendo importante o financiamento.

13) A CMC desenvolve através do ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) algumas iniciativas, como por exemplo a promoção, iniciativa e desenvolvimento do empreendedorismo especialmente voltado para o público jovem. Esse trabalho é feito através da entidade sem fins lucrativos DNA CASCAIS. O Concelho consegue mensurar em números o quanto conseguiu crescer economicamente com negócios gerados através deste ODS?

A DNA Cascais é uma Agência de Empreendedorismo da Câmara Municipal de Cascais (sendo a primeira iniciativa municipal neste âmbito), que foi criada há 14 anos para promover o Ecosistema Empreendedor em Cascais, desenvolvendo um conjunto de programas e atividades para apoiar o empreendedorismo jovem, escolar, social, criativo e tecnológico.

A DNA Cascais é uma organização sem fins lucrativos, que trabalha principalmente no desenvolvimento de competências e partilha de conhecimento entre sua comunidade, apoiando a construção de um ambiente empresarial mais dinâmico em Cascais.

Nestes 14 anos de existência, tivemos os seguintes dados: 4.099 reuniões com empreendedores, 424 empresas apoiadas, 2.155 novos postos de trabalho, mais de 57,8 milhões de euros em faturação (2019) e 69.1 milhões de euros em investimento acumulado. Relativamente ao Empreendedorismo Jovem temos a destacar o nosso projeto nas escolas, que não se traduz em dados financeiros, mas sim ao nível de número de escolas e número de alunos formados.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

14) A requalificação urbana e a revalorização ambiental são sinónimas de reforço de qualidade de vida. Atrações turísticas criadas em torno de um tema que associa os recursos naturais do Concelho a certos recursos patrimoniais podem demonstrar que o património construído e os recursos naturais podem servir, em conjunto, de ponto de partida para estratégias de desenvolvimento local e consecutivamente económico?

Sem dúvida. Um terço do nosso território é parque natural, depois há 32 km de Costa. Isso são recursos naturais, sem contar nas ribeiras que são corredores ecológicos, e estes bens naturais fornecem serviços ecos-sistémicos que ainda não estão devidamente contabilizados, mas que fossem monetizados valeriam bilhões, estamos a falar da produção de oxigénio, na fixação e permeabilização dos solos, da filtração do ar, tudo isso são recursos naturais que fornecem serviços e geram empregos.

15) Conforme consta no guia prático “Business Reporting on the SDGs” da Global Reporting Initiative (GRI*), os ODS têm como previsão gerar mais de US\$ 12 trilhões em economias e receitas até 2030 (Essa informação consta no relatório “Better Business, Better World” da Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Empresarial). Você acredita que as Autarquias de uma maneira geral têm noção dos benefícios dos ODS nas comunidades, não só em termos sociais e ambientais, mas financeiros?

Sim, temos essa noção, não sei se é fácil de contabilizar, mas temos essa noção sim. Inclusive acreditamos que o pós-Covid pode ser alicerçado na economia verde, ou seja, há uma crise que já é económica e social e para a resolução da mesma, as Autarquias podem desempenhar um papel muito importante baseado nos ODS e nesta alavanca mais verde.

16) Em um evento promovido pela Direção-Geral da Qualificação dos trabalhadores em função pública em 10 de maio de 2019 com o objetivo de promover o debate sobre a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no contexto da Administração Pública, o ex. Ministro das Finanças Mário Centeno disse: “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam uma mudança de

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

paradigma de gestão que deve passar a integrar o léxico de quem pensa e age na Administração Pública”.

Você acredita que falta informação, treinamento e maior divulgação sobre os ODS dentro da Administração Pública ainda nos dias de hoje?

Sim acredito.

Acho que a informação e a sensibilização são importantes, mas por si só também não chegam, ou seja, aqui em Cascais nós vamos fazer a formação e a sensibilização com vista a algo, para criação de um novo paradigma, esta nova forma de trabalhar com vista a criação de indicadores, de sistema de monitorização e de reporte envolvendo todos.

Fazer formação e depois ir embora vale menos, agora fazer formação tendo isto em vista faz com que os formandos realmente percebam a consequência da formação e consigam pôr em prática no seu dia a dia os ODS, aprendendo de forma pragmática, não somente a teoria.

3.3.1.2 Entrevista Doutor Pedro Mateus Neves

1) Qual ODS acredita ser mais fácil de implementar? E o mais difícil?

O mais fácil é o ODS 7 (Energia renováveis e Acessíveis), pois os projetos de energia são os mais fáceis de levantar capital para fazer a transformação e por isso os investidores e os promotores têm muita vontade de fazer projetos de energia, e por outro lado os projetos de energia, nomeadamente os que estão associados às energias renováveis, tem a vantagem de ter um reconhecimento social, por exemplo.

As pessoas, os investidores, os municípios, as administrações locais gostam de dizer que está a fazer projetos de energia renováveis e por isso acredito ser o mais fácil.

O mais difícil é o objetivo 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), porque diz respeito a paz, justiça e Instituições fortes, ou seja, significa que o Objetivo 16 pressupõe transparência, o conhecimento a compreensão de tudo que está por trás do bem comum, pressupõe que não existe corrupção, pressupõe que existe um espaço fiscal que é bem gerido e de forma que se protejam os mais vulneráveis e é por isso que eu chamo esse ODS de “As Regras do Jogo” o mais difícil de implementar.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

2) Qual seria a maior dificuldade na implementação dos ODS?

A maior dificuldade é fazermos a articulação.

Eu defendo na minha tese de doutoramento que os primeiros 15 ODS são o “Jogo”, ou seja, o desenvolvimento sustentável. O objetivo 16 são “As regras do jogo” e o Objetivo 17 são os “Jogadores”.

O mais difícil na implementação dos ODS é efetivamente uma linguagem horizontal que faz a relação entre o jogo, as regras e os jogadores, utilizando metas e indicadores que sejam factíveis/viáveis e por isso que os Estados-Membro, as administrações locais, os parceiros privados, a sociedade civil consiga efetivamente verificar que está a trabalhar para atingir o conjunto dos ODS.

Por isso eu diria mais uma vez que a maior dificuldade está na articulação destes 3 pilares, “Jogo”, “Jogadores” e “Regras” e dentro destes 3 pilares mais uma vez eu falo das “Regras do jogo” e falo do ODS 16.

Na minha opinião para implementar os ODS são as “Regras do jogo” são as mais importantes

3) Acredita que essas dificuldades são diferentes para Entidades Públicas e Privadas?

Essa é uma pergunta muito interessante. Na minha opinião é muito mais fácil implementar os ODS no setor privado do que no setor público. O setor privado é movido essencialmente pelo lucro e para eu ter lucro é preciso eu conhecer o “Jogo” e as “Regras do jogo”. Uma vez que o setor privado compreende esse processo avança e implementa.

Dentro da Administração Pública é muito mais fácil para as Autarquias implementar os ODS do que para Administração Central por causa mais uma vez do objetivo 16.

Acredito que a maior dificuldade do setor público está na inovação Institucional, está nas Instituições fortes. O que acontece é que a implementação é muito mais fácil dentro das organizações mais pequenas, ou seja, nas Autarquias mais do que nos governos centrais e sobre tudo nas organizações privadas por que tem uma cultura de implementação, de chegar aos objetivos, por isso é muito mais fácil.

Outra questão importante é de articular o setor público com o setor privado e essa questão também é outra dificuldade muito grande e isso está inclusive no Objetivo 17

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

(Parcerias para implementação dos objetivos). Ou seja, por isso eu diria que o mais difícil seria na administração central, depois na administração local, a seguir é no setor privado. E ainda mais difícil de todos esses é quando é no Público-Privado.

4) Você acha exequível que até 2030 todos os ODS estejam implementados?

Eu acho que essa questão é bastante interessante e deve ser decomposta em 3: Os ODS, as metas e os indicadores.

O interessante é que quando olhamos para as metas há muitas que são indicativas e por isso eu diria que é muito importante trabalharmos nelas, no entanto, é muito mais importante compreendermos que o verdadeiro desafio é adotarmos a linguagem do desenvolvimento que está subjacente aos ODS, ou seja, erradicar a pobreza extrema, na minha opinião é um objetivo que é exequível, agora quando falamos de descarbonizar ou da neutralidade carbónica, por exemplo, já compreendemos que estamos a falar de se atingir essa meta só no ano de 2050 e não 2030, como é o proposto pela Agenda 2030.

É por isso que acho muito interessante nos pormos a caminho, mesmo sabendo que eventualmente os ODS não fiquem completos em em 2030.

O que efetivamente vai acontecer é que quem estiver mais avançado no caminho, ou seja, na implementação dos ODS, provavelmente vai se beneficiar de melhor qualidade de vida, maior prosperidade e melhor pegada ecológica e dentro desta perspetiva eu diria que se vamos todos lá chegar, quem é que vai conseguir chegar mais longe? Quais serão os benefícios por ter chegado mais longe?

5) Segundo o relatório “Better Business, Better World (BSDC), os negócios sustentáveis têm potencial de gerar oportunidades económicas de aproximadamente 12 trilhões de dólares e até 380 milhões de empregos por ano até 2030. Acha que as Entidades Públicas têm a noção do quanto os ODS podem ser vantajosos economicamente?

Os valores que eu utilizo são das Nações Unidas e dentro das Nações Unidas estamos a falar de 3,9 trilhões de dólares por ano para implementar os ODS.

Destes 3,9 trilhões, 1,4 vem do setor público e 2,5 do setor privado, por isso quando nós pomos 2,5 trilhões do setor privado vezes 10 anos, já vamos a 25 trilhões de dólares. É

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

um valor muito representativo que de alguma forma eu conheço por ter acesso a esta informação.

São 2,5 trilhões de dólares de investimento privado por ano, que neste momento está a contar. Agora a segunda parte da sua pergunta é bastante interessante que é até que ponto o setor público está efetivamente consciente das oportunidades de negócio que os ODS podem criar e a minha resposta infelizmente é não. E é não por várias questões: As políticas de investimento público normalmente estão assentes (fundamentadas) em orçamentos anuais.

Existem perspetivas plurianuais de investimento público, mas não existe na maior parte dos países e mesmo nos países mais avançados esta perspetiva de investimento plurianual não é muito clara por isso quando nós estamos a falar de ODS e quando nós estamos a falar de uma perspetiva plurianual pública, pelas razões que expliquei antes já não há muita gente que esteja preparada para ter esse tipo de perspetiva.

Quando nós percebermos que a perspetiva pública vai ser utilizada para alavancar o investimento privado, estamos de alguma forma numa segunda interação.

Na minha opinião é uma das maiores mudanças de paradigma que os ODS estão a trazer para cima de todos os Estados Membro. Os ODS obrigam os Estados Membro a considerarem que a gestão da causa pública, a gestão do bem comum, tem que ser vista também numa ótica de investimento e de um investimento que deve ter um retorno, porque se o investimento não tiver retorno é óbvio que o setor privado não vai investir.

Isso significa que toda lógica de investimento pública está de alguma forma a ser desafiada pelos ODS.

Quando é que isto vai acontecer? Eu diria que vai levar algum tempo até que o setor público tenha consciência de que pode fazer muito investimento público com capital privado desde que o desenho dos negócios, dos projetos de investimento seja feito de forma que o setor privado esteja interessado em investir.

4. Conclusão

A Agenda 2030 foi apresentada como “um plano de ação para pessoas, planeta e prosperidade”. De fato são metas e objetivos ambiciosos, mas totalmente viáveis e tangíveis.

Talvez não se consiga atingir todas em 2030, mas com certeza estar-se-á no caminho certo para que possam ser atingidas.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

Segundo a Eurostat, a União Europeia (UE) fez fortes progressos no sentido de promover a paz e a segurança pessoal, o acesso à justiça e a confiança nas instituições (ODS 16). O bom progresso também foi visível na redução da pobreza e da exclusão social (ODS 1) e na melhoria da situação de saúde da UE (ODS 3).

No entanto, devido ao desfazamento temporal dos respetivos indicadores, a avaliação das duas metas de pobreza (ODS 1) e saúde (ODS 3) ainda se refere ao período até 2019 e, portanto, não reflete os impactos da pandemia COVID-19.

Ainda de acordo com a mesma Instituição, a avaliação das metas remanescentes foi afetada pela pandemia diminuindo consideravelmente o progresso médio no que tange ao avanço na concretização dos ODS.

Na área da economia e do mercado de trabalho (ODS 8), a crise do COVID-19 interrompeu a contínua melhoria observada desde 2013. Impactos semelhantes podem ser observados nas áreas de educação (ODS 4), igualdade de género (ODS 5), outras desigualdades (ODS 10) bem como parcerias globais e meios de implementação (ODS 17), onde os dados de 2020 mostram uma clara deterioração para indicadores individuais.

As Nações Unidas trabalham com o valor de 3,9 trilhões de dólares por ano para implementação dos ODS, os quais 1,4 vem do setor público e 2,5 do setor privado.

A Câmara Municipal de Cascais, objeto deste estudo, no que tange ao contributo à Agenda 2030, atuou de forma ativa na comunidade, exemplo disso são os dados da Agência de Empreendedorismo DNA Cascais, que promoveu 2.155 novos postos de trabalho, mais de 57,8 milhões de euros em faturação (2019) e 69.1 milhões de euros em investimento acumulado.

A Autarquia, no que se refere a estratégia de implementação dos ODS, escolheu formar seus autarcas com o objetivo que cada um deles, após adquirirem o conhecimento sobre o tema, saiba fazer o diagnóstico, identificar pontos de melhorias, executar a criação de indicadores, de sistema de monitorização e de reporte envolvendo todos, visto que, a localização dos ODS é uma das maiores dificuldades do processo de implementação.

São realistas quando entendem que informação e sensibilização são importantes, mas “sozinhas” essas palavras não são suficientes para se chegar ao objetivo final.

Por isso, é vital não apenas incluir conteúdos referentes aos ODS, mas também utilizar uma metodologia que seja transformadora, orientada para a ação. Desta forma “nascerá” quase que naturalmente um engajamento reflexivo que será fundamental para o desenvolvimento de indicadores.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

Garantir uma solução assertiva, inovadora e eficiente para a transformação social, económica e ambiental necessária para um mundo mais justo, inclusivo e digno só é exequível quando os atores do desenvolvimento equipararem o seu potencial.

Como muito bem exemplificado pelo Doutor Pedro Neves, na pergunta de número 3, a implementação dos ODS no setor privado é mais fácil de ocorrer do que no setor público pelo fato do setor privado ser movido essencialmente pelo lucro e para se ter lucro é necessário conhecer o “Jogo” e as “Regras do jogo”. Como o setor privado compreende esse processo, avança e implementa.

Quando esta investigação iniciou, por se tratar de uma Instituição Pública, acreditava que a resposta para a questão de investigação, no que se refere a dificuldade de implementação, seria financeira, dado que o Estado não é uma Instituição geradora de lucro. No entanto foi para uma vertente surpreendente onde a maior dificuldade de implementação apontada é sobretudo comportamental, ou seja, a dificuldade de se romper paradigmas.

As organizações públicas às vezes são muito “engessadas” e nesse processo de mudança se não houver um trabalho de conscientização, infelizmente não há financiamento que seja suficiente, porque não se chegará ao resultado esperado.

Ou seja, como foi dito pelo entrevistado Dr. Pedro Nunes, “Estaremos numa segunda interação, quando percebermos que a perspetiva pública deve ser utilizada para alavancar investimento privado, o qual como é óbvio, aguarda retorno financeiro porque se o investimento não tiver retorno não haverá interesse do setor privado em investir”.

**As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena**

Bibliografia

Abreu, J., António, J.H.C., Cerol, J., & Gonçalves J.F. (2020). Índice de Sustentabilidade Municipal 2020. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Almeida, F. (2010). Ética, Valores Humanos e Responsabilidade Social das Empresas. Cascais: Principia

BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. Atualização de Djalma de Campos. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. Forense, 1958

BANDEIRA, P. Participação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: Texto para discussão nº 630. Brasília: IPEA, 1999.

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

BARBIERI, J. C; CAJAZEIRA, J. E. R.. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria a prática. São Paulo: Saraiva 2009.

BCSD, C. E. (maio de 2020). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Obtido de BCSDPortugal.org: <https://www.bcsdportugal.org/sustentabilidade/ods>

BCSD-Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. (05 de 2020). ods.pt. Obtido de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o BCSD Portugal: <https://www.ods.pt/>

Brammer, S. e Pavelin, S. (2004b). "Voluntary social disclosures by large UK companies", *Business Ethics: A European Review*, V. 13, no 2-3, pp. 86–99.

Carmo, H. e Esgaio, A. (2016). Ética, responsabilidade social e serviço social: um imperativo de educação para a cidadania. *Intervenção Social* (47/48), 163-184.

Carvalho, L. C., & Costa, T. G. (2016). *Gestão Internacional*. Lisboa: Edições Silabo, Lda.

Carvalho, F., & Camões, J. (2018). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses*. Lisboa: OCC.

Cecilia, A., & Vasconcelos, F. De. (2012). *Í D S M P : a M C - Pb. M.*

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2003.

CORTELA. Mario Sérgio. *Não se desespere. Provocações filosóficas*. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Cunha, E. C. (janeiro de 2015). *O Relato Voluntário nos Municípios Portugueses: Uma Análise ao Relatório de Sustentabilidade*. Dissertação de Mestrado, p. 115.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. Org. José Albertino Rodrigues. São Paulo: Ática, 1994

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena

Elkington, J. (1997). *Cannibals -with Forks: the Triple Bottom Line of 21st Century Business* (Oxford: Capstone Publishing).

Farneti, F., & Guthrie, J. (2 de junho de 2014). *Sustainability Reporting by Australian Public Sector Organisations: Why They Report*. Obtido de SSRN: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1358720

FERREIRA, A. B. H. *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 6. ed. rev. Atual. Curitiba: Positivo, 2005. p. 383.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

Moreira, J. M. (1996). *Ética, Economia e Política*. Porto: LELLO EDITORES.

Moreira, J. M. (1999). *A Contas com a Ética Empresarial*. Cascais: PRINCIPIA, Publicações Universitárias e Científicas.

Neves, P. M. R. e S. M. (2020). *SDGs, Why? and For Whom?*

ONU. (25 de 09 de 2015). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU*. Obtido de nacoesunidas.org:<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/amp/>

Portuguesa, R. (07 de 2017). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Obtido de [instituto camoes.pt](https://www.instituto-camoes.pt):https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/relatods17_pt.pdf

PWC. (2017). *Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não-financeiro 2017*. *Os Desafios Das Empresas Portuguesas Na Priorização Dos ODS e No Relato Não-Financeiro 2017. Estará a Sua Empresa Preparada?*, Obtido www.pwc.pt/ods%0Ahttps://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/ods/pwc-report-ods.pdf

**As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena**

Rego, A. Moreira, J. M. & Sarrico, C. (2003). Gestão ética e responsabilidade social das empresas, S. João do Estoril: Principia.(mesma coisa do de cima, escolher qual que fica)

Ribeiro, V., Monteiro, S., & Moura, A. (2018). Divulgação de Informação na Internet sobre Responsabilidade Social - Evidência Empírica nos Municípios Portugueses. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, 24.

Ricoeur, P. (1990). Éthique et morale. In P. Ricoeur (1991), Lectures 1: Autour du politique (pp. 256-269). Paris: Éditions du Seuil.

UNITED NATIONS. (2015). THE 2030 AGENDA FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Obtido de sustainable development.un.org: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>

ROSSETTI, J. P. Introdução a Economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Stafford-Smith, M., Griggs, D., Gaffney, O., Ullah, F., Reyers, B., Kanie, N., Stigson, B., Shrivastava, P., Leach, M., & O'Connell, D. (2017). Integration: the key to implementing the Sustainable Development Goals. Sustainability Science. <https://doi.org/10.1007/s11625-016-0383-3>

UNRIC, C. R. (maio de 2020). ONU News. Obtido de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

Yin, R. K. (2018). Case Study Research, Design & Methods (5ª ed). Thousand Oaks: Sage. Obtido em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1742025/mod_resource/content/1/How%20to%20know%20whether%20and%20when%20to%20use%20the%20case%20study%20as%20a%20research%20method.pdf (02/01/2021)

https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/politica_externa/publicacaoina_editora_ods_gestao_publica.pdf (02/10/2020)

As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?

Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso

Camila Ramires Lucena

<https://www.pwc.pt/pt/servicos/auditoria/servicos-sustentabilidade/objetivos-desenvolvimento-sustentavel/relato-nao-financeiro.html> (03/10/2020)

<https://cesop-local.ucp.pt/missao-visao-e-valores> (09/10/2020)

https://www.unglobalcompact.org/library/search?search%5Bissue_areas%5D%5B%5D=701
(09/10/2020)

https://d306pr3pise04h.cloudfront.net/docs/publications%2FUNGC_GRI_Practical_Guide_SDG_Reporting_2018_PORTUGUESE.pdf (09/10/2020)

<https://estrategiaods.org.br/por-que-e-importante-trabalhar-com-os-ods/>

<https://www.occ.pt/pt/a-ordem/publicacoes/anuario-financeiro-dos-municipios-portugueses/>
(06/01/2021)

https://www.unglobalcompact.org/library/search?search%5Bissue_areas%5D%5B%5D=701
(09/10/2020)

https://d306pr3pise04h.cloudfront.net/docs/publications%2FUNGC_GRI_Practical_Guide_SDG_Reporting_2018_PORTUGUESE.pdf (09/10/2020)

<https://www.cascais.pt/>

<https://www.ccdr-a.gov.pt/index.php/al/pocal> (06/04/2021)

<http://www.redesparaodesenvolvimento.org/index.php?noticia=256> (20/01/2021)

<https://www.imvf.org/project/rumo-a-2030/> (20/01/2021)

http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD22/gestaodesenvolvimento22_89.pdf
(01/02/2021)

<https://brasil.un.org/> (03/02/2021)

**As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena**

<https://www.dialogusconsultoria.com.br/como-surgiu-a-responsabilidade-social/> (03/02/2021)

<https://revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/view/182> (03/02/2021)

https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/17353/1/Tese_vers%C3%A3o_final.pdf
(18/02/2021)

<https://www.uccla.pt/membro/cascais> (06/04/2021)

<https://www.e-konomista.pt/o-que-e-a-economia/> (08/04/2021)

<https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/conferencia-de-estocolmo-um-marco-na-questao-ambiental.pdf> (08/04/2021)

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/coefici%C3%Aancia> (08/04/2021)

<https://rumoa2030.pt/wp-content/uploads/2021/03/ABC-ODS.pdf>

<file:///D:/Tese%20Mestrado/Materiais%20de%20pesquisa/TEXTO%20DE%20INQU%C3%89RITO%20DE%20MESTRADO.pdf> (02/06/2021)

<file:///D:/Tese%20Mestrado/slide%20professor%20Carreira.pdf> (02/06/2021)

<https://www.tsf.pt/especiais/europeias-2019/o-que-e-o-eurostat-10623304.html> (06/09/2021)

<https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/884/1/Tese%20Ricardo%20Monteiro.pdf>
(14/09/2021)

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6787/1/Hermano%20Gouveia%20protegido.pdf>
(24/09/2021)

**As dificuldades das Entidades Públicas na implementação dos ODS são financeiras?
Câmara Municipal de Cascais um estudo de caso
Camila Ramires Lucena**

<https://cesop-local.ucp.pt/seminario-anual-cesop-local-para-o-desenvolvimento-sustentavel-ao-nivel-local-os-ods-como-bussola> (14/09/2021)

https://www.cfp.pt/uploads/caixas_ficheiros/caixa-regras-orcamentais-da-administracao-local.pdf (12/10/2021)

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/59863/1/Autonomia%20e%20sustent.pdf> (12/10/2021)

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/499528/details/maximized> (12/10/2021)

<https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/408/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20UAL.pdf>
(12/10/2021)

<https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/105756679/view?q=Lei+de+Enquadramento+Or%C3%A7amental+> (15/10/2021)

<https://1library.org/article/princ%C3%ADpio-da-economia-efici%C3%AAncia-efic%C3%A1cia-tr%C3%AAs-es-boa.zx253ldq> (15/10/2021)

<https://www.cascais.pt/gestao-financeira> (15/10/2021)

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206380/2/CST%20GP%20-%20Financas%20p%C3%BAblicas%20-%20MIOLO.pdf> (01/11/2021)

<https://cesop-local.ucp.pt/index.php/node/858> (02/11/2021)

<http://www.abnt.org.br/publicacoes2/category/146-abnt-nbr-iso-14001> (22/3/2021)